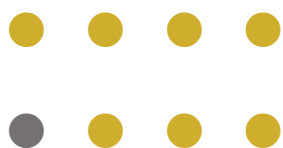




Plano de Ação

**Qualificação,
Emprego
e Inclusão Social**



Relatório Final

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

Índice

ELEMENTOS DE SÍNTESE	1
1 - ELEMENTOS-SÍNTESE DE CONTEXTO	3
2 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO	5
3 - TERRITORIALIDADE	13
4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	15
5 - TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES	20
6 - RESULTADOS ESPERADOS	24
7 - ENTIDADES A ENVOLVER NA IMPLEMENTAÇÃO	25
ANEXO - ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO	26

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

ELEMENTOS DE SÍNTESE

↳ **Conteúdos-chave**

- Impacto da pandemia do Covid 19 sobre a economia e o mercado de trabalho regional - novos desafios para o território no âmbito da qualificação, do emprego e da inclusão social.
- Dinâmicas de intervenção de carácter imediato (proteção dos níveis de emprego e controlo da precariedade) e de natureza mais estruturada, para promover a competitividade territorial e a coesão social (recuperação e crescimento gradual do emprego; qualidade e acesso ao emprego; mobilização e investimento no capital humano; e a inserção social e profissional de grupos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho).
- *Desafios/ Dimensões prioritárias:* (i) Sustentação e expansão do emprego; (ii) Empregabilidade de jovens e desempregados; (iii) Empreendedorismo e acolhimento empresarial; (iv) Competências, qualificações e qualidade do emprego; e (v) Inserção social e profissional de grupos desfavorecidos.
- *Objetivos específicos:* OE1 - Estancar a destruição de emprego; OE2 - Apoiar o investimento produtivo; OE3 - Empregabilidade de jovens e desempregados; OE4 - Estimular o empreendedorismo regional; OE5 - Qualificar o acolhimento empresarial; OE6 - Melhorar a qualidade do emprego; OE7 - Resposta do sistema educação-formação; OE8 - Oferta de dupla certificação para jovens; OE9 - Empregabilidade de públicos desfavorecidos; OE10 - Prolongamento saudável da atividade da geração grisalha.
- Quadro de objetivos de empregabilidade (qualificações e emprego) dinamicamente articulado com objetivos da relação com a qualificação/dinamismo do tecido empresarial: Apoio ao investimento produtivo (criação de um Fundo de Apoio Regional à Modernização Organizacional e Produtiva - FARMOP); Estímulo ao empreendedorismo regional; e Qualificação do acolhimento empresarial.

↳ **Articulação - outros PA e Instrumentos regionais**

- Níveis de articulação intensa com as orientações da Agenda temática “As pessoas, primeiro” e com a Nova Agenda de Competências para a Europa.
- Programação das ofertas de formação escolar e profissional e de nível superior (TeSP, Licenciaturas, Mestrados integrados e Formação Avançada), segundo prioridades associadas aos Domínios de Especialização e Transversais da EREI Alentejo 2030.

↳ **Notas sobre Governança**

- Dinamização do Conselho Consultivo da Delegação Regional do Serviço Público de Emprego (IEFP);
- Relançamento dos Conselhos Consultivos dos Centros de Formação Profissional.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

1 - ELEMENTOS-SÍNTESE DE CONTEXTO

A programação do próximo ciclo de desenvolvimento regional decorre sob o signo de uma intensa crise económica, com fortes impactos no mercado de trabalho e no tecido social do Alentejo. As implicações da crise pandémica, cruzam-se com as condicionantes estruturais que teimam em perdurar, nas quais avulta o volume e a qualidade do capital humano, comprometendo os patamares mínimos de vitalidade social e económica, nomeadamente, na baixa densidade do território.

A quebra da atividade económica em toda a União Europeia, com estimativas de perda de milhões de postos de trabalho, tendo no turismo um dos setores mais fustigados pela crise pandémica, afeta com maior incidência os mercados de trabalho de países como Portugal em expressiva destruição dos níveis de emprego. No Alentejo, o impacto da pandemia da Covid-19 sobre a economia e o mercado de trabalho faz emergir um leque de **desafios que o território terá que enfrentar no âmbito da qualificação, do emprego e da inserção social** e relativamente aos quais haverá que ensaiar equilíbrios nas dinâmicas de intervenção de caráter imediato, em resposta à crise pandémica, e de natureza mais estruturada através de ações orientadas para promover a competitividade territorial, a médio e longo prazo. Entre esses desafios salientam-se:

(i) A proteção dos níveis de emprego - um desafio imediato a enfrentar dada a elevada probabilidade de todas as atividades económicas do território, mesmo aquelas com forte enraizamento territorial (turismo, agricultura e agroindustrial), serem afetadas pela elevada destruição de postos de trabalho decorrente da crise pandémica. Acresce que muitas destas atividades assentam em contratações precárias e a termo, condicionando a base de rendimento disponível e as dinâmicas de procura privada, com expressão nos territórios de baixa densidade.

A crise pandémica afeta no imediato com maior incidência os públicos com idade mais avançada e menores qualificações, mas também em larga medida os jovens NEET à procura do 1º emprego ou com experiência e carreira profissional mais curtas, sobretudo, os que não foram além do nível secundário de instrução escolar.

(ii) Recuperação e crescimento gradual do emprego - uma evolução que fixe e atraia jovens quadros qualificados e reduza os níveis de desemprego na região, num contexto de retoma do crescimento dos jovens NEET e do desemprego menos qualificado no rasto da crise pandémica, é indispensável para fazer face ao declínio económico, atenuando a escassez de mão-de-obra necessária às dinâmicas de investimento a promover, nos setores tradicionais e emergentes.

A escassez de recursos humanos adequados às necessidades existentes e novas resultantes da procura de investimentos com maior incorporação tecnológica, na área industrial e nas TIC, continua a agravar-se¹ fruto da reduzida mobilidade intrarregional, do envelhecimento e baixos níveis de qualificação e escolaridade dos desempregados e da insuficiente retenção e atração de talentos jovens qualificados para a região, fruto também dos baixos salários face aos custos de interioridade (sistema de transportes deficitário, limitação da oferta de serviços de apoio à família, insuficiente oferta de habitação a preços acessíveis...).

(iii) Qualidade e acesso ao emprego, mobilização e investimento no capital humano. Num quadro regional em que persistem baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados), verdadeiros constrangimentos para enfrentar os desafios da digitalização e da transformação da economia, os processos de ajustamento às competências requeridas pelas entidades empregadoras são fortemente penalizados, limitando a capacidade operacional e de crescimento das empresas, e a competitividade do território na captação de investimentos.

¹ A crise pandémica acelerou a vitalidade do emprego tecnológico e digital colocando o Alentejo no grupo das regiões portuguesas com elevada tendência de declínio empregador até 2030, em consequência da pressão das mudanças que estão a ocorrer nos conteúdos do trabalho, face à demografia e ao peso do setor público no emprego regional (cf. Relatório *The Future of Work in Europe*, do McKinsey Global Institute, 2020).

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

A dispersão territorial e fraca densidade do tecido empresarial, a pequena dimensão das empresas, a par da fragilidade da rede de transportes públicos, a que acresce a diminuição do “stock” de jovens e a competição na sua captação por parte das ofertas dos diferentes operadores de educação e formação regionais, constituem obstáculos sérios à organização de turmas de formação em sistema dual ou de alternância com o contexto de trabalho, sobretudo, no quadro da rigidez ditada pelos regulamentos de financiamento comunitário, concebidos para territórios com maiores densidades populacionais e empresariais.

A dinamização da participação de empregados e desempregados em ações de ALV revela-se de enorme importância na melhoria da qualidade do emprego, na transição entre empregos e na resistência ao desemprego, na empregabilidade dos desempregados e no combate ao desemprego de longa duração.

Investir no capital humano, convocando a educação-formação e ALV no processo de capacitação dos trabalhadores para formas de trabalho mais autónomas e independentes, com competências digitais e competências para a vida, na linha da *Agenda para as novas competências*, implicará a dinamização de modalidades de Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV) com preocupações de maior envolvimento do tecido empresarial e dos parceiros sociais, no desenvolvimento de oportunidades de aprendizagem no local de trabalho e na construção de uma oferta articulada e concertada entre os estruturas de educação-formação, mais profissionalizante e de resposta rápida às solicitações empresariais do território. Tais esforços deparam-se no Alentejo com *condicionamentos ao envolvimento de empresas* e entidades da economia social, empresários, gestores e trabalhadores em ações de ALV, nomeadamente: a mobilidade e acesso à formação; a reduzida dimensão e dispersão territorial prevalente no tecido empresarial; o *desajustado limiar de base de formandos*, nas ações financiadas pelos fundos comunitários, à realidade regional; os baixos níveis de qualificação escolar dos ativos empregados e desempregados e; a fraca apetência das entidades empregadoras para o investimento no capital humano.

(iv) Inserção social e profissional de grupos de risco e em situação de desfavorecimento, nomeadamente face ao mercado de trabalho, constitui uma das preocupações cuja relevância reveste maior destaque na incidência da crise pandémica, afetando de forma mais profunda e imediata os trabalhadores mais pobres, com salários mais baixos e vínculos precários de emprego, com baixos níveis de escolaridade e qualificação, provocando um aumento das desigualdades sociais e da pobreza. A mudança nos conteúdos do trabalho em direção à transformação digital afasta estes trabalhadores das oportunidades do trabalho remoto e, por outro lado, constrange o respetivo acesso às modalidades de ALV e Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC), as quais intensificaram o recurso ao ensino à distância através do uso de plataformas digitais, dificultando a vida aos formandos com baixos níveis de literacia digital, para além das dificuldades linguísticas de outros (caso dos imigrantes).

(v) Dinâmica territorial de acesso a qualificações. Ao longo dos sucessivos períodos de programação tem-se observado um conjunto de insuficiências no que respeita à concertação estratégica dos atores dos sub-sistemas de formação escolar e profissional a par de constrangimentos ao ajustamento dos regulamentos gerais à realidade regional, contribuindo essas condicionantes para os níveis insatisfatórios de eficiência na absorção dos financiamentos.

O **Anexo**, no final deste Plano de Ação, organiza um detalhado conjunto de elementos de Diagnóstico.

2 - RACIONAL DE INTERVENÇÃO

O leque de desafios que o Alentejo enfrenta nos próximos anos, no âmbito da qualificação, do emprego e da inclusão social, elementos essenciais à coesão territorial regional traduz-se num conjunto de **domínios seletivos de prioridades para a ação**, a desenvolver regionalmente no período de programação 2021-2027, dirigidas à capacitação de pessoas e organizações, conjugadas com os objetivos prosseguidos no âmbito dos vários instrumentos de programação nacionais e comunitários.

Tais domínios **desafios/prioridades do território**, procurando conciliar o equilíbrio entre dinâmicas de intervenção mais imediatas e emergentes no combate à crise pandémica e uma visão mais estruturada de promoção da competitividade territorial a médio prazo, podem ser agregados em torno de cinco dimensões:

- I. *Sustentação e expansão do emprego;*
- II. *Empregabilidade de jovens e desempregados;*
- III. *Empreendedorismo e acolhimento empresarial;*
- IV. *Competências, qualificações e qualidade do emprego;*
- V. *Inserção social e profissional de grupos desfavorecidos.*

(a) Sustentação e expansão do emprego

O *Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 (PREP)*, aponta como marco crítico para o mercado de trabalho nacional o mês de setembro de 2020, a partir do qual a situação de muitas empresas pode deteriorar-se significativamente, sendo fundamental o recurso a programas agressivos que evitem o colapso das empresas rentáveis, essenciais para o futuro da economia.

Numa primeira fase, em situação transitória e de emergência na **sustentação e apoio ao emprego existente** e bastante vulnerável aos efeitos da crise pandémica, trata-se de intervir nas atividades de especialização regional e na economia social, a par do **incentivo ao investimento produtivo que garanta manutenção e crescimento do emprego**, assegurando o aprofundamento de mecanismos ativos de integração das componentes emprego e qualificação na concretização das intervenções.

A intervenção no apoio à manutenção do emprego no período pós-pandemia, equacionada pelo *PREP*, associada a dimensões de qualificação profissional assentes na formação contínua e na aprendizagem ao longo da vida, encontra pertinência num período transitório de acentuada diminuição ou interrupção da atividade e em que as empresas enfrentam dificuldades na retoma económica após o primeiro embate da pandemia, pouco predispostas para a dimensão das qualificações dos recursos humanos, antes pressionadas a aliviar encargos com os mesmos. Se a recuperação do mercado de trabalho se estender por alguns anos como aconteceu na última crise, as preocupações com a qualificação de ativos empregados continuarão arredadas das preocupações das empresas, sendo este um momento de oportunidade para colmatar junto dos adultos ativos os elevados défices de competências digitais e outras, necessárias à maioria dos empregos do futuro.

A qualificação e capacitação dos recursos humanos para ajustamento às transformações socioeconómicas, qualificando o emprego e combatendo a precariedade do mercado de trabalho é recomendada nas medidas da *Agenda para o Território-2030 (PNPOT)*, nas Prioridades do Programa Nacional de Reformas (Agenda Temática As Pessoas Primeiro) e da *Estratégia Regional Alentejo 2030*, no sentido da sustentabilidade demográfica e coesão dos territórios desfavorecidos, promovendo o apoio à atividade económica e à vida social na baixa densidade e a prevenção contra os riscos de destruição de microempresas familiares em curso, ou ainda para a resiliência da economia social e a diminuição dos riscos de exclusão do mercado de trabalho.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

Os objetivos de requalificação das pessoas enquanto suporte à reconversão das empresas e organizações sociais também integram as prioridades do *FSE+*, o qual tem a atualização e requalificação profissional dos ativos entre as suas maiores preocupações, acompanhando as recomendações da *Agenda de Competências para a Europa*, por via da focagem nas competências facilitadoras da transição verde, digital e energética.

Os primeiros efeitos da crise pandémica sobre o mercado de trabalho regional revelam que quase metade da subida do desemprego é explicado pelos desempregados com habilitações ao nível do ensino secundário, continuando nos mais adultos e nos jovens as maiores dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, confirmando os receios da Comissão Europeia relativamente ao impacto da crise no desemprego de jovens NEET que não foram além do ensino secundário e nos adultos pouco escolarizados.

De encontro a tais preocupações, deverão posicionar-se os apoios à **manutenção e crescimento do emprego, associados a processos de modernização** de pequenas empresas em atividades de especialização regionais e entidades da economia social, por via de avanços na eficiência e sustentabilidade de equipamentos e processos produtivos, contribuindo para regenerar a competitividade das organizações e dos territórios, através da inserção e absorção de recursos humanos a qualificar e fixar na região e, também, no âmbito da empregabilidade de jovens NEET e da inserção social e profissional de públicos desfavorecidos, para expandir a capacidade empregadora do tecido empresarial regional e da economia social.

As propostas da *criação de um Fundo de Apoio Regional à Modernização Organizacional e Produtiva (FARMOP)*, adaptado às especificidades do tecido empresarial do Alentejo e das entidades da economia social, associadas às particularidades do território, à reduzida densidade empresarial e organizacional e à fraca dinâmica económica territorial, justificam a promoção de condições regionalizadas e adaptadas a estas realidades, p. ex., através do apoio à manutenção e criação de emprego associado à aquisição de equipamentos para a modernização produtiva e organizacional de pequenas empresas e entidades da economia social.

Este Fundo, inspirado na procura de estratégias mais integradas de emprego e qualificação, bem como na procura de formas mais criativas e inovadoras de ultrapassar os constrangimentos da escassez de competências disponíveis para responder aos perfis procurados pelas pequenas e médias empresas e entidades da economia social (por vezes perfis particulares e associados a equipamentos específicos e raros, ou a novas competências emergentes em setores específicos...) e associando o apoio à aquisição de equipamentos à promoção, ajustamento ou reconversão de competências à medida das necessidades permitiria abrir oportunidades que ultrapassem as limitações no potencial de inovação e absorção das NTIC, a valorizar por estruturas e modelos de gestão familiar com provas dadas de resiliência empresarial.

Trata-se de uma iniciativa que extravasa o simples apoio ao investimento, que garante a manutenção e cria emprego, ao promover a regeneração e o fortalecimento da capacidade concorrencial e da resiliência organizacional do tecido empresarial e da economia social em territórios de baixa densidade, essencial no esforço de atração e fixação de residentes e no reforço da sustentabilidade demográfica, na linha do preconizado pela *ER Alentejo 2030* e pelo *PREP*, focada na competitividade das micro e pequenas empresas posicionando-as para as transições energética, digital e ecológica e para a aquisição de competências necessárias, por via do incremento da participação de ativos em ações de ALV, como recomenda a *Agenda de Competências para a Europa*, com vista à atualização dos trabalhadores e à empregabilidade destes e dos jovens, especialmente os NEET, preocupações centrais do *FSE+*.

(b) Empregabilidade de jovens diplomados e desempregados

O quadro de forte impacto de recessão económica e de desemprego em curso pressiona a necessidade de intervenções no domínio dos reforços da empregabilidade de jovens diplomados e dos desempregados, por via da melhoria das competências e do contacto com o mercado de trabalho e a vida ativa, elevando a qualidade do emprego, com vista ao aumento da resiliência ao desemprego, seja mediante uma aposta na melhoria e elevação das qualificações, seja mediante o estímulo à criação de emprego e ao desenvolvimento da atividade profissional independente.

A dimensão demográfica dos territórios de baixa densidade constitui um importante pilar no que toca à coesão territorial, limitando a competitividade empresarial, o potencial de regeneração económica, a inovação social e a qualidade do emprego, pela dificuldade que territórios como o Alentejo enfrentam na atração e retenção de jovens qualificados na região e fora dela, ou de adultos desempregados perante dificuldades crescentes em regressar ao mercado de emprego, ainda que portadores de elevada experiência profissional, pelo que as intervenções no âmbito da **empregabilidade de jovens diplomados e desempregados** assume particular importância.

A Comissão Europeia revela acrescida preocupação com o desemprego jovem face ao acréscimo de dificuldades previstas no acesso destes ao mercado de trabalho no quadro da crise pandémica, da mesma forma que os adultos afastados do mercado de trabalho pela contração económica e caídos em situação de desemprego merecem atenção, expressos nos Objetivos Políticos da Coesão, com âncoras na sustentabilidade demográfica e no reforço do rejuvenescimento e da competitividade empresarial dos territórios mais desfavorecidos, com vista a *assegurar uma Europa mais social através do apoio ao emprego de qualidade e de uma aposta nas competências* que facilitem a descarbonização da sociedade e a promoção da transição energética.

Os objetivos estratégicos e específicos da *Estratégia Regional Alentejo 2030* alinham pela mesma orientação para a empregabilidade, atração e fixação de recursos qualificados no território, na qual se enquadra a intervenção avançada, no enquadramento do *FSE+*, relativa à empregabilidade de desempregados e de jovens por via da transição para a vida ativa. O forte condicionamento imposto pelas debilidades territoriais em várias dimensões, acentuado pelo choque pandémico sobre a economia e o mercado de trabalho regional, ditará a necessidade de aprofundar a adequação das intervenções à especificidade do contexto, com vista a obter maior eficácia nas dimensões estruturais como a demográfica e a económica.

Por isso, afigura-se pertinente admitir condições especiais de majoração dos apoios a conceder aos estagiários, bem como às empresas, entidades da economia social, e autarquias locais que promovam estágios profissionais e contratem desempregados, promovendo o crescimento do emprego no Alentejo. Paralelamente, tais apoios ao emprego poderiam acrescentar uma intervenção no domínio da formação profissional que combata os baixos níveis de qualificações e de participação de adultos em ações de ALV, na linha das recomendações da *Agenda Europeia para as Qualificações*, e devem, ainda, fomentar o aprofundamento da ligação dos estudantes universitários ao tecido económico e mercado de trabalho regionais, beneficiando os índices de conclusão escolar no ensino superior regional, na linha das estratégias do *PREP*.

O ajustamento do modelo de globalização decorrente da crise pandémica poderá ditar uma revalorização e promoção do endógeno e uma apetência pelo regresso ao local, abrindo assim potencialidades de animação dos territórios alentejanos na potenciação de negócios e emprego: por jovens qualificados, sem experiência profissional mas com criatividade exploratória e muitos com matriz empresarial na família e por quadros técnicos experientes em idade ativa madura, dispensados pelo mercado de trabalho, ou desejosos de

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

independência profissional nos anos que lhes restam de atividade, em torno de modelos de intervenção qualificada no apoio à criação de emprego e à expansão empregadora de pequenos negócios de sucesso.

Estimular o **empreendedorismo e emprego qualificado** na valorização económica ambientalmente sustentável dos recursos e produtos endógenos de forte identidade territorial, através do incentivo seletivo ao dinamismo empreendedor por jovens NEET e desempregados adultos qualificados e/ou com experiências profissionais longas, que acedam, residam ou regressem ao território, criem empresas e emprego, com suporte numa animação e mediação qualificada de agentes do desenvolvimento do território e a frequência de ações de qualificação para a montagem e gestão de negócios e para a transição verde, digital e energética. A Comissão Europeia atribui elevada importância ao reforço do apoio ao emprego jovem, para ajudar a próxima geração a ultrapassar as crescentes dificuldades de acesso ao mercado de trabalho decorrentes da pandemia, sugerindo o incentivo ao arranque de novas empresas por jovens empresários e o reforço das suas capacidades de iniciativa empresarial como um dos pilares dessa investida. Tal preocupação é espelhada nos Objetivos Políticos da Coesão no que toca ao incentivo para a inovação empresarial associada à descarbonização e promoção da transição energética enquanto contributivas para a competitividade e coesão nos territórios de baixa densidade, cruzando efeitos com a sustentabilidade demográfica a partir das dimensões de atração e fixação de recursos humanos qualificados tal como decorre em idêntica linha, dos objetivos da *Estratégia Regional Alentejo 2030*, para os quais concorre este tipo de intervenção.

Promover o empreendedorismo e o emprego qualificado, no Alentejo, por jovens NEET e por desempregados qualificados e/ou experientes será um contributo na linha das recomendações de ação da *Agenda de Competências para a Europa*, melhorando a qualidade do emprego e a resistência ao desemprego, através da promoção das competências empresariais e transversais, bem como para a forte aposta do *FSE+* na promoção de emprego dos jovens, em especial os NEET e de incentivo ao arranque de novas empresas, no curto prazo, ou ainda para a retenção de talentos e diminuição do risco de emigração de jovens qualificados recomendado pelo *PREP*, nomeadamente através do apoio ao desenvolvimento de negócios locais.

Para além da promoção da transversalidade no acesso de jovens e adultos à aquisição das competências facilitadoras da transição ecológica, digital e energética indicadas na *Agenda de Competências para a Europa*, procura-se igualmente capacitar e qualificar potenciais promotores na montagem e gestão de negócios que aportem criatividade e inovação na valorização económica, ambientalmente sustentável e geradora de emprego, dos ativos endógenos territoriais com valor identitário, contribuindo assim para os compromissos de atração de novos residentes, nomeadamente jovens qualificados e gerir a evolução demográfica nos territórios, ou de promover o empreendedorismo e a capacidade empresarial em territórios carenciados de atração de investimento, emprego e residentes (cf. *Agenda do PNPT*).

(c) Empreendedorismo e Acolhimento Empresarial

A preocupação central passa por **qualificar os espaços de acolhimento para a incubação e o exercício de pequenas iniciativas empresariais** promovidas por jovens NEET e outros públicos qualificados, incluindo adultos desempregados, ao nível municipal, objetivo que se orienta na direção de incentivar o arranque de novas empresas por jovens empresários. No mesmo espaço de acolhimento, poderá apoiar-se de forma qualificada, e com recursos de acompanhamento, o desenho, a conceção, a incubação e o desenvolvimento de projetos (bem como o fomento de competências para a criação de negócios e transversais) de valorização económica dos recursos locais e regionais, de indústrias culturais e criativas no âmbito das NTIC.

A criação de espaços destinados ao trabalho individual e/ou autónomo, a utilizar por ativos empregados que podem ser atraídos das Áreas Metropolitanas para o interior, no enquadramento das iniciativas do Ministério

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

para a Coesão Territorial, deverá concorrer igualmente para a revitalização do Alentejo nos domínios demográfico e económico.

O estímulo ao empreendedorismo e a qualificação de espaços de acolhimento que ampliem o efeito pretendido de crescimento de empresas e emprego qualificado, afiguram-se como duas intervenções conjugadas que devem beneficiar de estruturas técnicas de apoio e animação de iniciativas, mobilizadas a partir de autarquias locais, parceiros sociais, ADL's ou parcerias público-privadas. Acolhendo e animando a iniciativa empresarial ambientalmente sustentável por jovens com qualificações a partir do ensino secundário, nomeadamente NEET, sem experiência profissional mas com potencial de desenvolvimento de negócios em áreas criativas, culturais, artísticas, das NTIC ou associando estas à valorização económica dos recursos do território, qualificados na região ou que a ela regressem após conclusão dos estudos, contribuirão para a sua atração e fixação no território, a par do desenvolvimento complementar de competências na criação e gestão de negócios e transversais, nos domínios da energia e ambiente.

Outros públicos mais experientes e com competências e profissionais acumuladas, com perfil pessoal empreendedor e de iniciativa, afetados pela crise e pela retração do mercado de trabalho, que poderão experimentar dificuldades de regresso por motivos de idade ou de desajustamento de competências, na região ou fora dela, deverão ser atraídos ou regressar, beneficiando dos apoios à criação de emprego ou empresa, das estruturas de acolhimento ao exercício da atividade, do apoio técnico ao longo do processo e do acesso à aquisição de competências de gestão de negócios.

O apoio ao dinamismo empreendedor a estimular nos territórios, capaz de potenciar a valorização dos recursos endógenos, incluindo as qualificações e as competências residentes, beneficiará de uma mediação técnica de apoio ao perfil dos promotores, no âmbito dos objetivos estratégicos da *ER Alentejo 2030*, tal como da qualificação das áreas de acolhimento empresarial, com vista a obter níveis mais elevados de eficiência dos recursos financeiros disponíveis e impactos mais elevados ao nível do emprego, suportando o processo económico de criação de emprego de qualidade, atraindo e fixando residentes qualificados, jovens e adultos.

A intervenção procura facilitar o exercício empreendedor de iniciativa empresarial sustentável, promotor de enraizamento e alargamento da base económica territorial, da qualificação e do reforço da capacidade concorrencial do tecido empresarial da região, da criatividade, inovação e capacitação na valorização económica dos recursos endógenos, da qualificação do emprego e da empregabilidade de jovens NEET, bem como melhorar a conciliação entre a vida profissional e familiar no exercício laboral à distância de quadros externos à região a atrair para residência. Estas intervenções têm enquadramento no âmbito dos Objetivos Políticos da Coesão (FSE+) da *Agenda de Competências para a Europa*, do *Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030 (PREP)* e, ainda, da *Agenda para o Território-2030 (PNPOT)*.

(d) Competências, Qualificações e Qualidade do Emprego

Atuar no domínio da formação contínua, do reconhecimento, validação e certificação das competências e elevação das qualificações de trabalhadores empregados e desempregados, protegerá a sua exposição ao desemprego e melhorará a qualidade do emprego e a competitividade empresarial, em paralelo com o contributo de uma **modernização e flexibilização das estruturas de educação-formação**, facilitando a acessibilidade aos seus destinatários e a adequação às necessidades do tecido económico regional.

Intervenções no âmbito das competências e qualificações de empregados e desempregados, melhorando a qualidade do emprego e reforçando a empregabilidade, a permanência e o acesso ao mercado de trabalho, enquadram-se em objetivos comuns a vários instrumentos de programação, entre os quais o *PREP* e a *Agenda de Competências para a Europa*, focados na recuperação dos défices de escolarização e qualificação de

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

adultos, reforçando a aposta na formação profissional qualificante e na participação dos adultos menos escolarizados e qualificados em ações e modalidades de formação e ALV, melhorando as condições de acesso e permanência no mercado de trabalho.

O investimento nas pessoas, enquanto promotor da empregabilidade, da diminuição das dificuldades de acesso ao mercado de trabalho e do aumento da coesão social e territorial, constitui fator de capacitação dos trabalhadores para ajustamento às transformações socioeconómicas em curso, por via da requalificação e atualização profissional, adaptando-os aos novos desafios do mercado de trabalho em direção à modernização dos processos de trabalho e produção, na transição em matéria digital, ecológica e energética. Esta pertinência depara-se com dificuldades de implementação nos territórios de baixa densidade.

A prioridade atribuída pela *Agenda* à elevação da participação de adultos pouco qualificados, empregados e desempregados, em ações de ALV na ampla extensão dos territórios desde as cidades às zonas rurais e remotas, a par da elevada importância às condições de identificação e diagnóstico de necessidades de competências a partir de processos internos das empresas (enquanto suporte à promoção da melhoria e elevação das competências dos seus colaboradores), abre oportunidades para que: por um lado, os parceiros sociais, as empresas e as entidades da economia social possam beneficiar de melhores condições na criação, montagem e desenvolvimento de processos internos de identificação de necessidades de competências e RVCC; e, por outro lado, para que os trabalhadores empregados da região vejam facilitado o acesso à frequência de formação contínua certificada, beneficiando de bolsas individuais de formação a utilizar no âmbito de uma oferta regional mais ampla e flexível na sua organização e funcionamento.

Num território onde o acesso à formação é dificultada pelas distâncias físicas, pelos insuficientes transportes, pelos baixos níveis de escolaridade dos adultos, pela tipologia das atividades económicas predominantes e reduzida dimensão das empresas, pelas condições perante o emprego em matéria de precariedade laboral e horários de trabalho, pelo aumento dos níveis de desemprego que gera pressão e carga sobre o restante emprego, o desenho de intervenções adaptadas e ajustadas à especificidade do contexto regional, particulares e diferenciadas das medidas de política e dos instrumentos de âmbito nacional, revela-se crítico, do ponto de vista da eficácia do reforço das qualificações e das competências dos recursos humanos do território e da promoção da sua empregabilidade.

Nesse sentido, a modernização dos sistemas de ensino e formação profissional (que integra as recomendações da Comissão Europeia no âmbito do reforço dirigido à recuperação da economia europeia e promoção do incentivo ao emprego jovem), que promova o **ajustamento da resposta do sistema regional de educação-formação**, tornando a oferta formativa regional mais flexível, alargada, ajustada e próxima das comunidades locais, dos desempregados e do tecido empresarial, será indispensável para promover a eficácia dos percursos formativos qualificantes junto dos seus destinatários, aumentando as taxas de sucesso na conclusão e certificação final pela diminuição das taxas de abandono.

Com impactos nos domínios das competências, das qualificações e da qualidade do emprego, a modernização das estruturas regionais de educação e formação entronca nas disposições da *Agenda de Competências para a Europa*, de garantir que o direito à formação e aprendizagem ao longo da vida se torne uma realidade em toda a Europa, desde as cidades até às zonas rurais mais remotas, com vista a conseguir os objetivos de aumentar a participação de jovens e adultos pouco qualificados em ações de ALV, fomentando o investimento nas competências das pessoas, num mercado de trabalho em rápida evolução. Na mesma linha, o *Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030*, acolhe a ideia da requalificação e modernização da rede de escolas e de centros de formação profissional, procurando corrigir localizações segregadas e aproximar a oferta formativa de utentes e beneficiários, mediante a **ampliação do leque de alternativas e a modernização das infraestruturas tecnológicas de educação e formação**. Também a

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

Estratégia Regional Alentejo 2030 dedica atenção especial à reorganização da oferta educativa profissional e superior de suporte à especialização regional.

A modernização das estruturas de educação e formação potencia o **aumento da oferta e da participação dos jovens em opções profissionais**, com intervenção ao nível das competências, qualificações e qualidade do emprego, contribuindo para o combate ao abandono e insucesso escolar e para o aumento da empregabilidade no nível secundário, através da facilitação de contactos e transição para o mercado de trabalho por via de acesso a ofertas qualificantes, alinhadas com as ofertas sequenciais de formação superior nas IES da região.

Os estímulos da Comissão Europeia ao desenvolvimento de esforços na facilitação da empregabilidade da próxima geração de europeus, espelhados nos vários instrumentos de programação e na *Agenda das Competências*, encontram eco neste tipo de intervenção, que, promovendo uma melhor transição dos jovens para o mercado de trabalho e a sua fixação no território, vai igualmente de encontro à *Estratégia Regional* e ao *PREP*, o qual aconselha o alinhamento da qualificação dos jovens com as novas especializações económicas dos territórios para facilitar a sua inserção profissional, criando condições para aumentar o número de jovens que frequentem, com sucesso, o ensino superior.

(e) Inserção social e profissional de públicos mais desfavorecidos

A inserção social e profissional de públicos mais desfavorecidos adivinha-se como um campo de intervenção de particular importância no futuro próximo, com destaque para os menos qualificados e os imigrantes cujas competências linguísticas, profissionais e sociais haverá que trabalhar e validar, reconhecendo e certificando outras já existentes, com vista a facilitar a sua inserção nas comunidades locais e no mercado de trabalho. O *Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030* aponta a necessidade de investir no Estado Social, necessário no combate às desigualdades e à pobreza, contribuindo para a criação de riqueza e de emprego, assegurando que as pessoas em situação de pobreza e exclusão social possam ultrapassar esse estado e viver com dignidade e participar ativamente na sociedade.

Apontando o acesso às qualificações como um dos instrumentos primordiais para a inclusão social por via do acesso ao mercado de trabalho, desde logo, destaca-se a importância de promover junto dos públicos mais desfavorecidos face ao mercado de trabalho (incluindo os imigrantes), uma maior participação em ações de ALV para aquisição de competências transversais e para a vida, na linha da *Agenda de Competências para a Europa* e o acesso a processos de RVCC, e estimular a sua participação em programas de trabalho socialmente necessário, que evitem a inatividade e incentivem a fixação de imigrantes na região e o reagrupamento familiar, sendo também uma das preocupações das prioridades do Objetivo Político da Coesão Europa + Social e do *FSE+*.

As intervenções no âmbito do emprego social, ainda que sem valor económico, continuam a merecer acolhimento enquanto mecanismos de redução da pobreza, mas às quais haverá que acrescentar uma componente de ALV para aquisição de competências sociais e para a vida e de elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional através do reconhecimento, validação e certificação em processos de Micro Credenciação estimulados na *Agenda de Competências para a Europa*, contribuindo para promover a **empregabilidade e assegurar a inserção social dos públicos desfavorecidos** e vulneráveis face ao mercado de trabalho, incluindo os imigrantes, o que poderá configurar uma intervenção pioneira com forte componente de inovação social, em territórios de baixa densidade.

Tanto o *FSE+* como a *Agenda* atribuem especial atenção ao investimento nas pessoas e no desenvolvimento das competências técnicas, digitais e para a vida, enquanto chave para o emprego e o crescimento económico e social, indiferente à idade das mesmas. Com vista a garantir que o direito à formação e à aprendizagem ao

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

longo da vida se torne uma realidade em toda a Europa, o incentivo ao maior desenvolvimento de competências digitais e sociais das pessoas entre os 16 e os 74 anos encontra no Alentejo um campo fértil de contribuição para a inclusão social de públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho, entre os quais os **adultos maduros acima dos 55 anos, cuja inatividade importa combater através de intervenções tendentes ao prolongamento da atividade saudável e útil**, no mercado de trabalho e na sociedade.

Para além do contributo para as comunidades e para a economia social que a ativação das populações dos estratos etários mais avançados proporciona, no âmbito das atividades de interesse social comum a desenvolver, com crescimento pessoal e social dos envolvidos, as potencialidades do **empreendedorismo social** podem ainda dar um relevante contributo, a este nível, para o reforço nas condições e fatores de competitividade territorial na atração de residentes, empresas e emprego, designadamente, no campo do preenchimento de lacunas existentes na prestação de serviços às famílias e comunidade em territórios de baixa densidade.

3 - TERRITORIALIDADE

As infraestruturas de suporte à estruturação da oferta formativa regional pelos operadores do sistema regional de educação-formação, potenciais beneficiários de apoios destinados à adaptação, requalificação e equipamento, estendendo-se pelo Alentejo, podem ser sistematizadas por tipologia de entidades e localização nas sub-regiões do território, da seguinte forma:

a) Escolas Secundárias com oferta de Cursos Profissionais (37), com poucas perspetivas de crescimento devido à diminuição do “stock” de jovens, admitindo-se um crescimento até 40 escolas sendo as atuais as seguintes:

- *Lezíria do Tejo* (10): Almeirim, Alpiarça, Azambuja, Benavente, Cartaxo, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- *Alto Alentejo* (7): Arronches, Campo Maior, Elvas, Ponte de Sor, Portalegre e Sousel;
- *Alentejo Central* (8): Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa;
- *Baixo Alentejo* (7): Aljustrel, Almodôvar, Beja, Castro Verde, Mértola e Ourique;
- *Alentejo Litoral* (5): Alcácer, Odemira, Santiago do Cacém e Sines;

A escolas em causa têm vindo a ser objeto de processos de modernização e remodelação, mas sem atenção a esta dimensão profissionalizante da oferta, nomeadamente no que respeita à recuperação da vocação das antigas escolas industriais.

b) Escolas Profissionais (19):

- *Lezíria* (5): Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- *Alto Alentejo* (2): Alter do Chão e Crato;
- *Alentejo Central* (2): Évora e Montemor-o-Novo;
- *Baixo Alentejo* (7): Alvito, Beja, Cuba, Mértola, Moura, Serpa e Vidigueira.
- *Alentejo Litoral* (3): Grândola, Odemira e Sines.

As escolas de vocação mais agrícola serão aquelas que maiores volumes de investimento necessitarão, no tocante à modernização de equipamentos para acompanhar os avanços tecnológicos do tecido produtivo envolvente e as necessidades de competências daí decorrentes.

c) Sistema RVCC - Rede de Centros Qualifica (33):

- *Lezíria* (10): Almeirim, Azambuja, Cartaxo, Coruche, Rio Maior, Salvaterra de Magos e Santarém;
- *Alto Alentejo* (4): Campo Maior, Elvas, Ponte de Sor e Portalegre;
- *Alentejo Central* (8): Arraiolos, Évora, Montemor-o-Novo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas e Vila Viçosa;
- *Baixo Alentejo* (7): Aljustrel, Almodôvar, Beja, Mértola, Moura e Serpa;
- *Alentejo Litoral* (4): Grândola, Odemira, Santiago do Cacém e Sines.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

d) Rede de Centros de Formação Profissional do IEFP (10):

- *Lezíria do Tejo (1):* Santarém, onde a oportunidade de criação de polos de acesso à formação no território de ação se afigura pertinente na aproximação aos destinatários-alvo e na melhoria do acesso à oferta.
- *Alto Alentejo (2):* Ponte de Sor e Portalegre, com destaque para a necessidade de reforçar a ligação entre a oferta formativa e os centros de apoio à criação de empresas em Monforte e Elvas, de reforço da oferta nas áreas logística e turística em Elvas, de modernização das instalações e equipamentos de apoio à oferta agro-alimentar regional, nomeadamente em Portalegre e no eixo Marvão-Castelo de Vide, também com uma forte dimensão agroflorestal e ambiental. Ponte de Sor poderá necessitar de modernizar e adaptar instalações e equipamentos para acompanhamento da dinâmica económica do cluster aeronáutico.
- *Alentejo Central (2):* Évora e Reguengos de Monsaraz, com destaque para a recuperação da vocação de apoio aos setores tradicionais artesanais no polo de formação de artesãos em Reguengos, para a criação de uma nova frente de oferta de formação na zona dos mármore (metalomecânica e tecnologia de extração e transformação), para a modernização dos equipamentos de acompanhamento dos avanços na área da robótica e da manutenção e eletrónica industrial e automóvel (sensores,...).
- *Baixo Alentejo (3):* Aljustrel, Beja e Moura, sendo que a recuperação e reforço do polo de formação de Moura mereceria atenção na primeira linha da oferta de formação em alternância, da modernização de equipamentos para a manutenção industrial e serralharia pesada (fresagem, tornearia, ...) em Aljustrel, para o investimento em novos equipamentos de apoio à formação na área agroalimentar (produção e manutenção em adegas, lagares, conservação de produtos,...), nomeadamente no que se refere à mecanização agrícola, hidráulica e tecnologia de regadio.
- *Alentejo Litoral (2):* Santiago do Cacém e Sines, com a aquisição e adaptação das instalações e equipamento do Campus Piaget, nomeadamente na soldadura e manutenção industrial, na logística, na formação turística e na agricultura intensiva.

e) Instituições do Ensino Superior (6):

- *Universidade de Évora (1):* Évora, com destaque para o polo de formação da Mitra na área agrícola e pecuária e para a nova Escola de Saúde, a construir e equipar;
- *Instituto Politécnico de Santarém (2):* Santarém e Rio Maior;
- *Instituto Politécnico de Portalegre (2):* Elvas e Portalegre;
- *Instituto Politécnico de Beja (1):* Beja.

f) Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre (1): Portalegre.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Enquanto modelo prevalecente até agora, a globalização sofrerá inevitáveis ajustamentos que abrirão, em paralelo à reconfiguração do modelo, um maior espaço à focagem territorial dos instrumentos e mecanismos de intervenção no seio da União Europeia, em direção a uma Europa mais social, apoiando o emprego de qualidade, a educação, as competências, a inclusão social, entendendo a pessoa enquanto ator da dinâmica dos territórios e agente ativo das comunidades locais e da sociedade, construindo o seu portefólio de competências num ambiente de aprendizagem ao longo da vida.

Na incerteza dos efeitos da crise pandémica sobre a economia e o mundo do trabalho, em territórios desfavorecidos onde o escasso potencial humano se associa ao baixo nível de qualificações escolares e profissionais do capital humano disponível (e, por isso, persistem os desajustamentos do mercado de trabalho e o défice de qualificações, ainda que em situação de elevação dos níveis de desemprego), importa colocar as pessoas e o desenvolvimento de competências ao nível individual no centro das estratégias de empregabilidade, afigurando-se pertinente a focagem da intervenção sobre o território e da abrangência das ações sobre diversos tipos de públicos beneficiários:

- Jovens NEET com instrução até ao nível secundário e os qualificados de nível superior;
- Adultos maduros, pouco escolarizados e qualificados, empurrados do mercado de trabalho para a inatividade pela crise pandémica;
- Empregados e desempregados com necessidades de ALV para especialização e adaptação às mutações dos conteúdos do trabalho e dos empregos, decorrentes das transições (digital, energética, ambiental) da economia e da sociedade;
- Segmentos em situação de desfavorecimento face ao mercado de trabalho e minorias sociais, incluindo imigrantes.

Num desenho adaptado às especificidades e fragilidades territoriais, conciliando o imediato e emergente com o médio prazo, o perfil de intervenções proposto procura assegurar uma função supletiva mais extensiva dos incentivos à qualificação e empregabilidade face aos programas nacionais, bem como ousa ensaiar estímulos à iniciativa regional à margem do quadro de ação sectorial, em torno das seguintes **prioridades**:

- I. **Sustentação e expansão do emprego**, estancando, em situação de emergência, os processos de destruição do emprego regional mediante o incentivo ao investimento produtivo em bens transacionáveis e na economia social, que garanta a manutenção do emprego e a criação de novos postos de trabalho, decorrente da necessidade de responder à explosão do desemprego na região, acompanhando os recuos do emprego em toda a Europa, na linha das orientações da União Europeia que pretende proteger os postos de trabalho e assegurar a manutenção dos empregos aos trabalhadores das empresas afetadas pela pandemia.
- II. **Empregabilidade de jovens e desempregados**, através da facilitação da transição para a vida ativa dos jovens diplomados e do incentivo à empregabilidade dos jovens NEET desempregados, da maior participação em ofertas escolares de dupla certificação e da melhoria do acesso ao mercado de trabalho pelos desempregados menos qualificados. A preocupação será a de responder com maior eficácia no combate ao abandono escolar no ensino secundário e superior, à inserção laboral dos jovens e à reinserção laboral dos desempregados, através de:
 - Oferta de formação profissional inicial mais qualificante, de dupla certificação, enquanto alternativa apelativa às vias tradicionais do ensino secundário e pós-secundário, reforçando a capacidade de adequação às novas áreas de conhecimento, formação e qualificação, emergentes da disrupção da pandemia;

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

- Maior integração das componentes emprego e formação profissional nas estratégias de transição de jovens para a vida ativa (desenvolvendo competências pessoais de procura ativa de emprego, gestão de carreira, apoios à criação do próprio emprego e empresas), e de adaptação e reconversão de desempregados com competências desajustadas face aos mercados de trabalho nos quais pretendem reingressar;
 - Incentivo à contratação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados, atração e sua fixação na região.
- III. Empreendedorismo e acolhimento empresarial**, por via da qualificação das condições ao exercício da iniciativa empresarial criadora de emprego e de apoio à mesma, com vista a fornecer respostas mais adequadas nos âmbitos seguintes:
- Aproveitamento de oportunidades de pequena escala, no âmbito das TIC, das indústrias criativas e culturais, da valorização económica inovadora dos recursos e produtos endógenos do território, de forte identidade e apetência turística;
 - Aprofundamento da eficácia no sucesso da iniciativa empresarial local, mediante desenvolvimento de competências de gestão/montagem do negócio e reforço do acompanhamento qualificado do desenvolvimento dos negócios e na seleção e estímulo dos promotores;
 - Atração e fixação de ativos humanos jovens diplomados e de desempregados adultos maduros com experiência profissional e qualificações acumuladas, por via da promoção de iniciativas de empreendedorismo endógeno e enraizado no território.
- IV. Competências, qualificações e qualidade do emprego**, através da modernização de estruturas e equipamentos da rede de operadores do sistema de educação-formação regional, que permita flexibilizar e ajustar a resposta do mesmo às solicitações do mercado regional, procurando responder aos desafios seguintes:
- Dinâmicas em curso nos mercados de trabalho, apoiando a qualificação de ativos empregados nas empresas e desempregados menos qualificados, no âmbito da literacia de adultos, em matéria de competências digitais, ecológicas e ambientais, para além das competências para a vida, tornando o emprego mais qualificado e promovendo a empregabilidade dos desempregados;
 - Urgência da capacitação e reforço da participação em ações de ALV dos ativos no mercado de trabalho regional, promovendo a qualidade do emprego, reforçando a empregabilidade e a resistência ao desemprego, bem como o regresso ao mercado de trabalho;
 - Emergência de uma maior agilidade e flexibilidade na engenharia dos processos de produção de competências e qualificações, em articulação com as estratégias de captação de investimento externo à região, a levar a cabo pelos agentes do sistema regional de educação-formação;
 - Melhoria dos níveis de ajustamento entre a oferta e a procura de qualificações no território, que aproxime a oferta aos destinatários, numa lógica mais integrada verticalmente entre os níveis profissional e superior, com maior atratividade, níveis de participação e menor abandono;
 - Crónico nível de baixas qualificações dos ativos disponíveis para as ações de ALV, desmobilizados pela dispersão dos núcleos habitacionais e fragilidade da rede de transportes, pela rigidez organizativa e pelas condicionantes das regras de financiamento, desajustadas à realidade dos territórios de baixa densidade.
- V. Inserção social e profissional de desfavorecidos** face ao mercado de trabalho, incluindo os imigrantes, estimulando a sua empregabilidade e incentivando o prolongamento da atividade da geração grisalha, aprofundando as respostas na direção de:
- Uma sociedade moderna e multicultural, coesa e solidária, que valorize a inclusão social dos mais desfavorecidos e dos imigrantes, a participação ativa continuada dos mais maduros com tempos de

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

vida cada vez mais alargados, o enriquecimento e o crescimento pessoal contínuo assente no desenvolvimento de competências transversais, em benefício de uma maior coesão económica e social dos territórios;

- Um aumento do saldo migratório regional, especialmente de jovens, promovendo o acolhimento territorial e inclusão social de fluxos de mão-de-obra imigrante nas óticas da fixação permanente, com intervenções pioneiras no âmbito do reconhecimento, validação e gestão de competências e qualificações, do acesso a salários dignos e do estímulo de retorno e atração de ativos adultos maduros qualificados a partir da Área Metropolitana de Lisboa, incentivando o prolongamento da iniciativa e atividade;
- Uma promoção da elevação das competências facilitadoras da transição digital, energética e ambiental e das competências para vida dos mais desfavorecidos, em benefício da dinamização e recuperação das atividades tradicionais, típicas e culturais do território e dos serviços de apoio às famílias e à comunidade, a par da iniciativa empreendedora de carácter social, no enquadramento da constituição de ampliadas parcerias ao nível local.

A preocupação subjacente nas intervenções propostas, face à evolução do desemprego, é a da **focagem prioritária nas pessoas e na sua capacitação**, bem como nas organizações de apoio e promoção da ação regional, com os seguintes **Objetivos Específicos (OE)**:

- OE1 Estancar a destruição de emprego e apoiar transitariamente o emprego regional, protegendo os postos de trabalho e os trabalhadores menos qualificados e escolarizados vulneráveis ao desemprego, através de ações no domínio da elevação das qualificações dos trabalhadores de micro e pequenas empresas no ativo e da proteção social dos mesmos, apoiando a manutenção da capacidade produtiva regional e da economia social;*
- OE2 Apoiar o investimento produtivo que mantenha ou induza a criação de novo emprego, criando condições específicas e regionalizadas incentivo à aquisição de equipamentos necessários à manutenção ou expansão de emprego, beneficiando desempregados vulneráveis e jovens NEET, atuando nos domínios da empregabilidade de jovens e desempregados e da inserção social e profissional de públicos desfavorecidos, beneficiários da sustentação e da expansão produtiva regional e da economia social;*
- OE3 Promover a empregabilidade de jovens diplomados e desempregados, facilitando a transição para a vida ativa e a contratação de desempregados pelo tecido empresarial e pela economia social, contribuindo para a inserção social e profissional de públicos mais vulneráveis face ao mercado de trabalho, para a fixação de jovens no território e para a melhoria da qualidade do emprego e rejuvenescimento dos quadros de pessoal do tecido empresarial;*
- OE4 Estimular o empreendedorismo e o emprego qualificado na valorização económica ambientalmente sustentada de recursos e produtos endógenos de forte identidade territorial - valorizando a empregabilidade de jovens e desempregados, melhorando a qualidade do emprego e densificando o tecido empresarial regional, explorando os recursos do território, promovendo um maior enraizamento territorial de algumas das cadeias de valor com potencial económico no Alentejo, assegurando maior territorialidade do emprego e fixando população no território.*
- OE5 Qualificar o acolhimento ao exercício de iniciativa empresarial e trabalho individual - através do apoio técnico qualificado à incubação e desenvolvimento empresarial de iniciativas e de trabalho à distância, estimulando o empreendedorismo, a empregabilidade de jovens e desempregados, a atração e fixação de quadros jovens e adultos experientes (ativos e em saída) para os territórios desfavorecidos demograficamente, através da criação de condições de promoção de negócios e emprego em torno das oportunidades económicas do território.*

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

- OE6 Melhorar a qualidade do emprego e o acesso ao mercado de trabalho* - sustenta também o emprego existente e a gradual expansão do mesmo, mediante aposta nas competências por via do incremento da participação de trabalhadores empregados e desempregados com baixas qualificações em processos de capacitação associados ao RVCC das competências adquiridas, beneficiando a empregabilidade e a resistência ao desemprego face a novas exigências do mercado de trabalho (transição digital, ecológica e energética) e a inserção social e profissional dos imigrantes e outros públicos mais vulneráveis como os maduros a partir dos 55 anos de idade com baixas qualificações escolares e profissionais.
- OE7 Ajustar a resposta do sistema de educação-formação regional* – com produção/reconversão de competências e qualificações adequadas às necessidades de desenvolvimento do território, *modernizando as suas infra-estruturas e equipamentos* dotando-as de maior flexibilidade e aproximando-as dos seus destinatários e facilitando o seu acesso, promovendo a empregabilidade dos desempregados, a melhoria da qualidade e expansão do emprego, por via da atração e fomento de novos investimentos.
- OE8 Estimular o aumento da oferta e da participação dos jovens em opções de dupla certificação* na escolaridade obrigatória e pós-secundário, com vista a facilitar a transição para o mercado de trabalho, a diminuir o abandono e o insucesso escolar, através de uma maior integração entre a oferta escolar/profissional/superior regional e seu alinhamento com o mercado de trabalho, contribuindo para uma maior empregabilidade dos jovens, fixação na região e melhoria da qualidade do emprego.
- OE9 Promover a inclusão ativa e a empregabilidade dos públicos desfavorecidos* e vulneráveis face ao mercado de trabalho, incluindo imigrantes, através de intervenções nos domínios do mercado social de emprego, do reconhecimento, validação e elevação dos níveis de qualificação escolar e profissional, da aquisição de competências pessoais e sociais, combatendo a exclusão social e assegurando processos de ALV e trabalho social necessário durante os períodos de inatividade laboral.
- OE 10 Incentivar o prolongamento saudável e útil da atividade da geração grisalha* - atuação no domínio da inserção social e laboral dos ativos em redução de participação laboral que serão pressionados para a retirada a partir dos 55 anos, através da sua mobilização para a valorização pessoal, apoio qualificado à promoção e gestão de iniciativas na comunidade, na promoção e valorização dos recursos locais, na animação social e cultural local, no voluntariado social e comunitário, através de ações promovidas pelos agentes do território, nomeadamente da economia social.

Matriz lógica de Desafios vs. Objetivos específicos



O Quadro lógico apresentado explicita os Domínios que agregam os desafios do território em matéria de qualificação, emprego e inclusão social, racionalizando e justificando as intervenções regionais a concretizar, com a preocupação de procurar assegurar um modelo de operacionalização e financiamento mais ajustado às especificidades do território, e dos agentes económicos e sociais do mesmo, beneficiando níveis de compromisso e execução, e procurando avançar face aos períodos anteriores de programação, no que respeita à:

- Valorização e revitalização de atividades tradicionais, específicas, particulares, com enraizamento e identidade territorial;
- Aproximação da educação e formação aos seus destinatários, ajustando modelos de organização e funcionamento;
- Eficácia na fixação e atração de jovens quadros no interior, criando condições mais favoráveis para estágios profissionais, apoios à contratação e criação de emprego;
- Promoção de uma rede qualificada de consultadoria institucional que apoie a criação de emprego, de pequenas e microempresas e as existentes, na absorção e aplicação dos recursos de financiamento, bem como no estímulo seletivo ao empreendedorismo e respetivo acompanhamento, em territórios de baixa densidade.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

5 - TIPOLOGIA DE OPERAÇÕES

OE1 - Estancar a destruição de emprego	Tipologia de operações e intervenções
<p>Concentrar transitoriamente esforços na manutenção de emprego e de empresas vivas, em atividades produtoras de bens transacionáveis e na economia social, através de um Programa de Qualificação-Emprego que promova igualmente a requalificação das pessoas e a reconversão das empresas, apoiando a resiliência e sustentabilidade do tecido empresarial, protegendo os postos de trabalho e os trabalhadores menos qualificados e escolarizados, mais vulneráveis ao desemprego, cujo crescimento importará estancar, apoiando igualmente a manutenção da capacidade produtiva regional e da economia social.</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ Intervenções na melhoria, atualização e elevação das qualificações dos trabalhadores de micro e pequenas empresas e entidades da economia social e da proteção social dos mesmos, durante a diminuição ou paragem laboral (bolsas de formação);✓ Conceção e desenvolvimento de programas de formação pelos operadores em parceria com os parceiros sociais, com focagem especial na atualização de competências facilitadoras da transição verde, digital e energética;✓ Elevação dos percursos escolares e profissionais dos ativos, através da associação a processos RVCC.
OE2 - Apoiar o investimento produtivo	Tipologia de operações e intervenções
<p>Criação de um Fundo de Apoio Regional à Modernização Organizacional e Produtiva (FARMOP) que assegure condições de financiamento reembolsável, sem juros, aos processos de modernização produtiva sustentável (aquisição de equipamentos mais eficientes/limpos na energia), que sustentem ou aumentem o emprego de desempregados desfavorecidos face ao mercado de trabalho e jovens NEET, em atividades produtoras de bens transacionáveis e da economia social.</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ Processos de modernização produtiva sustentável, associados à qualificação dos recursos humanos em postos de trabalho a manter ou a criar, em micro e pequenas empresas e entidades da economia social;✓ Ações de formação promovidas por empresas e entidades: formação (técnica), de adaptação aos novos equipamentos e de formação (transversal) de aquisição de competências para a transição verde, digital e energética.
OE3 - Empregabilidade de jovens e desempregados	Tipologia de operações e intervenções
<p>Promover a empregabilidade de desempregados e de jovens diplomados na região e atrair outros, por via de estágios facilitadores do contacto precoce e da transição de jovens para o mercado de trabalho em empresas, entidades da economia social e autarquias locais e da contratação de desempregados pelas empresas e entidades da economia social da região, contribuindo para a inserção social e profissional de públicos mais vulneráveis face ao mercado de trabalho, para a atração e fixação de jovens no território e para a melhoria da qualidade do emprego e rejuvenescimento dos quadros de pessoal do tecido empresarial, do terceiro setor e autárquico.</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ Majorar o apoio a estágios profissionais (regionais), com formação profissional, para jovens habilitados com o Ensino Secundário, Ensino Profissional e Ensino Superior;✓ Majorar o apoio à promoção de estágios profissionais (regionais), com formação profissional, por empresas e entidades da economia social com atividade e estabelecimentos na região e autarquias locais;✓ Majorar o apoio à contratação de desempregados por empresas e entidades da economia social com atividade e estabelecimentos no Alentejo;✓ Apoios à contratação de recursos humanos qualificados e altamente qualificados pelas empresas e entidades da economia social da região;✓ Apoios à promoção de estágios (experimentais) precoces e não profissionais por empresas, entidades da economia social e autarquias locais, a estudantes matriculados no ensino superior, para contato com o mercado de trabalho e o tecido económico regional.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

OE4 - Estimular o empreendedorismo regional	Tipologia de operações e intervenções
<p>Estimular o empreendedorismo regional e o emprego qualificado através da valorização económica e ambientalmente sustentável dos recursos e produtos endógenos de forte identidade territorial, através do incentivo seletivo ao dinamismo criador de empresas e emprego por jovens NEET, desempregados adultos qualificados e/ou com experiências profissionais longas, residentes, em acesso ou de regresso ao território, que criem empresas ou o próprio emprego, mediante ações de animação e mediação qualificada de agentes de desenvolvimento do território e da frequência de ações de formação dirigidas à aquisição das competências de suporte à montagem e gestão de negócios, bem como à facilitação para a transição verde, digital e energética.</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ Apoio a pequenos projetos de criação de emprego e empresas por jovens NEET, desempregados qualificados e/ou com experiências profissionais longas, beneficiários ou não de prestações de subsídio de desemprego;✓ Promoção da animação e mediação qualificada por agentes do território na seletividade, incentivo e acompanhamento aos perfis empreendedores de maior potencial de sucesso, a partir da formação inicial e preparatória, orientada para as competências de elaboração de candidaturas, montagem e gestão de projetos e negócios;✓ Assegurar inovação e criatividade tendentes à elevação da eficiência energética e à sustentabilidade ambiental na valorização económica dos recursos da região.
OE5 - Qualificar o acolhimento empresarial	Tipologia de operações e intervenções
<p>Assegurar uma rede municipal (re)qualificada de acolhimento ao exercício de iniciativa empresarial, que promova e apoie tecnicamente a incubação e desenvolvimento empresarial sustentável de iniciativas criativas e inovadoras de pendor tecnológico e cultural ou de valorização económica dos recursos e produtos endógenos de forte identidade territorial, por via da criação do próprio emprego e empresas, por jovens NEET e desempregados qualificados residentes, ou oriundos de outras regiões, assegurando igualmente espaços comuns para o exercício laboral à distância (numa perspetiva de coworking) autónomo ou dependente, estimulando o empreendedorismo e a empregabilidade de jovens e desempregados, a atração e fixação de quadros jovens e adultos experientes (ativos e em saída do mercado de trabalho) para os territórios desfavorecidos demograficamente, através da criação de condições de promoção de negócios e emprego em torno das oportunidades de valorização económica dos produtos locais.</p>	<ul style="list-style-type: none">✓ Apoio à adaptação ou requalificação de imóveis e espaços públicos desativados ou subutilizados, nos núcleos urbanos da região, tendo por finalidade o acolhimento e a incubação de pequenas iniciativas, ambientalmente sustentáveis, criadoras de emprego, ao nível municipal;✓ Apoio à constituição e funcionamento de Centros de Recursos de Estímulo e Suporte (CRES) à iniciativa empreendedora de criação do próprio emprego ou empresa, a desenvolver em espaços de acolhimento próprios para o efeito;✓ Apoio à animação e suporte técnico qualificado ao empreendedorismo em projetos inovadores para criação do próprio emprego ou empresa, no âmbito das indústrias criativas e de pendor tecnológico e cultural ou de valorização económica dos recursos e produtos endógenos de forte identidade territorial, ao nível municipal, promovidos por jovens NEET e desempregados qualificados, residentes ou não na região, a desenvolver em espaços de acolhimento próprios;✓ Apoio a estruturas técnicas de suporte à elaboração e acompanhamento do desenvolvimento de projetos e seus promotores (segundo as Linhas de Ação Específicas dos Domínios da EREI Alentejo 2030), durante o período de incubação, a par da intervenção nas competências de gestão e transversais (digitais, ecológicas e energéticas).

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

OE6 - Melhorar a qualidade do emprego	Tipologia de operações e intervenções
<p>Ultrapassar os défices de escolarização e qualificação profissional na região, de ativos empregados e desempregados, melhorando a qualidade e cimentando o nível de emprego, aumentando a resistência ao desemprego, promovendo a empregabilidade e reforçando a competitividade do tecido empresarial, incentivando o acesso dos ativos desempregados e empregados nas micro e pequenas empresas a uma oferta local de qualificação de índole técnica, social, digital, ecológica, energética, promovida por operadores de RVCC escolar e profissional.</p> <p>Diminuir as dificuldades do território no acesso à formação contínua dos trabalhadores desempregados e dos empregados, melhorando a qualidade do emprego e promovendo a empregabilidade e acesso ao mercado de trabalho mediante incentivos à atualização, reforço e reconversão de competências profissionais, através da elevação dos níveis de participação dos trabalhadores empregados e desempregados com baixas qualificações, nos processos de formação contínua e ALV.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Apoio à promoção e frequência de cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) por adultos desempregados, com certificação dos níveis de educação e de qualificação profissional alcançados; ✓ Apoio à promoção e frequência de ações de Formação Modular (FM) por adultos desempregados, com certificação escolar e profissional ao longo das etapas do percurso; ✓ Apoio a Bolsas Individuais de Formação para a frequência de ações de Formação Modular por jovens e adultos empregados, com certificação escolar e profissional ao longo das etapas do percurso; ✓ Apoio à criação e funcionamento de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências escolares e profissionais (Centros Qualifica) dinamizados por operadores públicos e privados do sistema de educação-formação, ADL's, parceiros sociais, empresas e entidades da economia social com dimensão empregadora relevante.
OE7 - Resposta do sistema educação-formação	Tipologia de operações e intervenções
<p>Ajustar a resposta do sistema de educação-formação regional na produção/reconversão de competências e qualificações adequadas às necessidades de desenvolvimento do território, apoiando a modernização e requalificação de estruturas e sistemas, assegurando flexibilidade organizacional que aproxime as mesmas dos destinatários (tecido empresarial, trabalhadores e desempregados, promovendo a empregabilidade, a melhoria da qualidade do emprego e a competitividade territorial na atração e consolidação de investimentos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Adaptação, requalificação e equipamento de infraestruturas necessárias à estruturação da oferta formativa, pelas IES do Alentejo; ✓ Adaptação, requalificação e equipamento de infraestruturas necessárias à estruturação da oferta formativa inicial e contínua de dupla certificação escolar e profissional, no Alentejo, pela Rede de Escolas Secundárias, Escolas Profissionais, Centros de Formação Profissional, Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre; ✓ Adaptação, requalificação e equipamento de infraestruturas necessárias à estruturação da Rede de Centros de Reconhecimento, Validação e Certificação de Competências (RVCC) no território.
OE8 – Oferta de dupla certificação para jovens	Tipologia de operações e intervenções
<p>Aumentar a empregabilidade de jovens, a partir da intervenção sobre as competências e as qualificações, pelo reforço da oferta educativa e formativa de dupla certificação de jovens que possa estimular uma maior participação dos mesmos nessas opções no período da escolaridade obrigatória e pós-secundário, com vista a facilitar a transição para o mercado de trabalho e a promoção do sucesso escolar, através de uma maior integração entre a oferta escolar/profissional/superior regional e seu alinhamento com o mercado de trabalho e os domínios de especialização contribuindo para uma maior empregabilidade dos jovens, a fixação na região e a melhoria da qualidade do emprego.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Oferta de cursos de formação em alternância (Sistema Aprendizagem), ao nível secundário e pós-secundário, em estreito alinhamento com as IES e a oferta das mesmas; ✓ Oferta de Cursos de Especialização Tecnológica (CET's), ao nível pós-secundário em estreito alinhamento com as IES, empresas e parceiros sociais; ✓ O apoio à oferta de formação profissional de nível superior (CTeSP - Cursos Técnicos Superiores Profissionais), das IES regionais.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

OE9 - Empregabilidade de públicos desfavorecidos	Tipologia de operações e intervenções
<p>Intervir sobre os trabalhadores menos qualificados, com salários mais baixos e vínculos precários de emprego, desfavorecidos face ao mercado de trabalho, promovendo a empregabilidade e o regresso ao mercado de trabalho, elevando as competências por via da ALV e das qualificações a reconhecer e certificar, em processos RVCC, enquanto caminho no avanço da inserção profissional e social.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Trabalho socialmente necessário (Contrato Emprego-Inserção), associado a uma componente ativa de formação profissional certificada, para beneficiários de Subsídio de Desemprego e Subsídio Social de Desemprego; ✓ Trabalho socialmente necessário (Contrato Emprego Inserção+), associado a uma componente ativa de formação profissional certificada, para desempregados beneficiários de RSI, DLD's e públicos em situação de desfavorecimento; ✓ Trabalho socialmente necessário para imigrantes sem SD nem apoios sociais, incluindo a frequência de formação profissional em competências transversais, individuais, sociais e cívicas.
OE10 - Prolongamento saudável da atividade da geração grisalha	Tipologia de operações e intervenções
<p>Intervenção sobre os ativos acima dos 55 anos, inativos prematuros e reformados, antecipadamente empurrados para a inatividade antecipada, num contexto de retração dos mercados de trabalho, quando ainda sentem bastante vitalidade, associados ao aumento do tempo médio de vida, clamando por estímulo a um envelhecimento ativo e de qualidade com condições ao nível da saúde e da autonomia individual, mas também à valorização do seu envolvimento ativo na vida social, económica e cultural das suas comunidades, da região e na sociedade, enquanto cidadãos ativos.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ✓ Iniciativas de incentivo à atividade e vida saudável, em torno da valorização e reabilitação de atividades tradicionais, artesanais e culturais do território, com crescimento e enriquecimento de competências; ✓ Intervenções nas qualificações da população madura, promovendo a formação inclusiva e de qualidade ao longo da vida, dirigida ao desenvolvimento de competências para a vida e para acompanhar a transição e inclusão digital, ecológica e energética, que incentivem elevada e saudável participação individual e social na vida dos territórios; ✓ Apoio ao empreendedorismo social com carácter inovador, que contribuam para a criação de riqueza e de emprego regional local e para a inserção social e profissional de públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho, na prestação de serviços de apoio às famílias, à comunidade e à economia social.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

6 - RESULTADOS ESPERADOS










RESULTADOS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES, POR OBJETIVO ESPECÍFICO E PRAZOS

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OE1 - ESTANCAR DESTRUIÇÃO EMPREGO	OE2 - APOIAR INVESTIMENTO PRODUTIVO	OE3 - EMPREGABILIDADE JOVENS DIPLOMADOS E DESEMPREGADOS	OE4 - EMPREENDEDORISMO REGIONAL	OE5 - QUALIFICAR ACOLHIMENTO EMPRESARIAL	OE6 - MELHORAR QUALIDADE DO EMPREGO	OE7 - AJUSTAR RESPOSTA SISTEMA EDUCAÇÃO FORMAÇÃO	OE8 - JOVENS EM OFERTA DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	OE9 - EMPREGABILIDADE PÚBLICOS DESFAVORECIDOS	OE10 - PROLONGAMENTO ATIVIDADE GERAÇÃO GRISALHA
RESULTADOS ESPERADOS DAS INTERVENÇÕES										
Adaptação/requalificação/equipamento infraestruturas de IES							6			
Adaptação/requalificação/equipamento infraestruturas de Escolas Secundárias							40			
Adaptação/requalificação/equipamento infraestruturas de Escolas Profissionais							20			
Adaptação/requalificação/equipamento infraestruturas de CFP da rede IEFP							10			
Adaptação/requalificação/equipamento infraestruturas da Rede Centros Qualifica							33			
Adultos desempregados em ações de formação dupla certificação (Cursos EFA): 2300						2.300/ano				
Adultos desempregados em ações de Formação Modular Certificada (FMC)						16.000/ano				
Consultoria: proj. investimento/emprego e identificação necessidades qualificação					50/ano					
Contratação de DLD, Desempregados com SD e Desfavorecidos		200/ano								
Contratação de Desempregados			13.500	60/ano						
Contratação de jovens NEET		200/ano								
Contrato Emprego Inserção (abrangidos)									3.800/ano	
Contrato Emprego Inserção + (abrangidos)									2.700/ano	
Contrato Emprego Inserção para Imigrantes (abrangidos)									750/ano	
Empresas a apoiar em investimento de modernização		30								
Espaços de incubação empresarial criados/requalificados					59					
Estágios Experimentais			7.200							
Estágios Profissionais			20.250							
Estruturas técnicas p. animação/apoio qualificado ao empreendedorismo					5					
Formação profissional transversal (abrangidos)										1.000/ano
Jovens que iniciam Cursos de Aprendizagem							1.000/ano			
Jovens que iniciam Cursos de Especialização Tecnológica (CET)							300/ano			
Jovens que iniciam Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)							60/ano			
Projetos empresariais apoiados				20/ano						
Trabalhadores empregados em ações de formação profissional (biénio 2021-2022)	10.000									
Trabalhadores empregados em ações de Formação Modular Certificada (FMC)						7.000/ano				

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

7 - ENTIDADES A ENVOLVER NA IMPLEMENTAÇÃO

Entidades a envolver na implementação das intervenções, por Objetivo Específico

ENTIDADES A ENVOLVER NA IMPREMENTAÇÃO DAS INTERVENÇÕES, POR OBJETIVO ESPECÍFICO										
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	OE1 - ESTANCAR DESTRUIÇÃO EMPREGO	OE2 - APOIAR INVESTIMENTO PRODUTIVO	OE3 - EMPREGABILIDADE JOVENS DIPLOMADOS E DESEMPREGADOS	OE4 - EMPREENDEDORISMO REGIONAL	OE5 - QUALIFICAR ACOLHIMENTO EMPRESARIAL	OE6 - MELHORAR QUALIDADE DO EMPREGO	OE7 - AJUSTAR RESPOSTA SISTEMA EDUCAÇÃO FORMAÇÃO	OE8 - JOVENS EM OFERTA DE DUPLA CERTIFICAÇÃO	OE9 - EMPREGABILIDADE PÚBLICOS DESFAVORECIDOS	OE10 - PROLONGAMENTO ATIVIDADE GERAÇÃO GRISALHA
ENTIDADES PROMOTORAS 										
ENTIDADES BENEFICIÁRIAS 										
Associações de Desenvolvimento Local (ADL)										
Autarquias Locais										
Entidades da Economia Social										
Centros Qualifica (Sistema RVCC)										
Comunidades Intermunicipais (CIM)										
Empresas										
Entidades Formadoras Certificadas										
Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre										
Escolas Profissionais										
Escolas Secundárias com Oferta Cursos Profissionais										
IEFP - Instituto do Emprego e Formação Profissional										
IES - Universidades										
IES - Institutos Politécnicos										
Micro e Pequenas Empresas										
Parceiros Sociais (Associações Empresariais e Sindicais)										

ANEXO - ELEMENTOS DE DIAGNÓSTICO

A programação do próximo ciclo de desenvolvimento regional decorre sob o signo de uma intensa crise económica e recessão financeira, com fortes impactos no mercado de trabalho e no tecido social do Alentejo. Se, nos anos recentes, não foi fácil ao Alentejo recuperar do forte abalo antes sofrido em matéria de emprego, também nos próximos anos o desafio se afigura hercúleo, no rescaldo da crise pandémica, fruto de condicionantes estruturais que teimam em perdurar, entre elas a quantidade e qualidade do capital humano, comprometendo os patamares mínimos de vitalidade social e económica na baixa densidade do território.

Tal como no país, também o Alentejo registou entre 2016 e 2019 uma melhoria geral dos indicadores do mercado de trabalho, traduzidos na queda gradual do desemprego e aumento do emprego, fruto das dinâmicas promovidas sobretudo pelos *clusters* agora mais afetados pela paralisação económica, com ressonância na especialização regional, em atividades inseridas em cadeias de valor com centro de gravidade externo ao território e fortemente expostas à globalização [aeronáutica, logística e transportes, petroquímica, eletrónica automóvel, Tecnologias de Informação e Comunicação e Eletrónica (TICE), as fileiras agrícola e agro-alimentar e os serviços do turismo e lazer].

O rápido crescimento do desemprego, aos primeiros sinais da crise pandémica, veio expor a insuficiente diversificação e sustentação dos avanços antes conseguidos no emprego, num território onde persistem vários estrangulamentos crónicos, ao nível da empregabilidade de jovens e dos adultos com baixas qualificações escolares e profissionais, para além da inserção social e profissional de imigrantes e outros públicos desfavorecidos face ao mercado de trabalho.

Promover a atração de investimento e a fixação de novos residentes no território estimulando a criação de emprego, tendo por pano de fundo uma recessão demográfica persistente, são desafios bem pesados num quadro de incerteza dos efeitos da pandemia sobre a economia regional, quebrando a trajetória de dinamismo do ciclo anterior, ainda que as mesmas sejam diferenciadas nas sub-regiões (o PIB *per capita* do Alentejo Litoral atingi, em 2017, valores duas vezes superiores aos do Alto Alentejo).

O impasse na dinâmica das atividades em curso no *cluster* aeronáutico, nos polos de Évora (dilema da aquisição da Embraer pela Boeing e travagem da Mecachrome), em Ponte de Sor (suspensão de atividades diversas) e, em Grândola (diminuição de atividades da Lauak), acarretará impactos no mercado regional de emprego, tal como a retração da produção regional de componentes eletrónicos para o mercado automóvel, ou ainda da crescente contestação às dinâmicas empresariais em torno da fileira agrícola do Alqueva, face à escassez de água e ao avanço das alterações climáticas, à diminuição dos ritmos produtivos da indústria petroquímica, da atividade logística e do transporte marítimo no Alentejo Litoral.

A quebra da atividade económica em toda a União Europeia, com estimativas de perda de milhões de postos de trabalho, tendo no turismo um dos setores mais fustigados pela crise pandémica, afeta com maior incidência os mercados de trabalho de países como Portugal na destruição dos níveis de emprego. Em apenas dois meses de 2020 (abril e maio), o volume de pedidos de subsídio de desemprego recuou quatro anos.

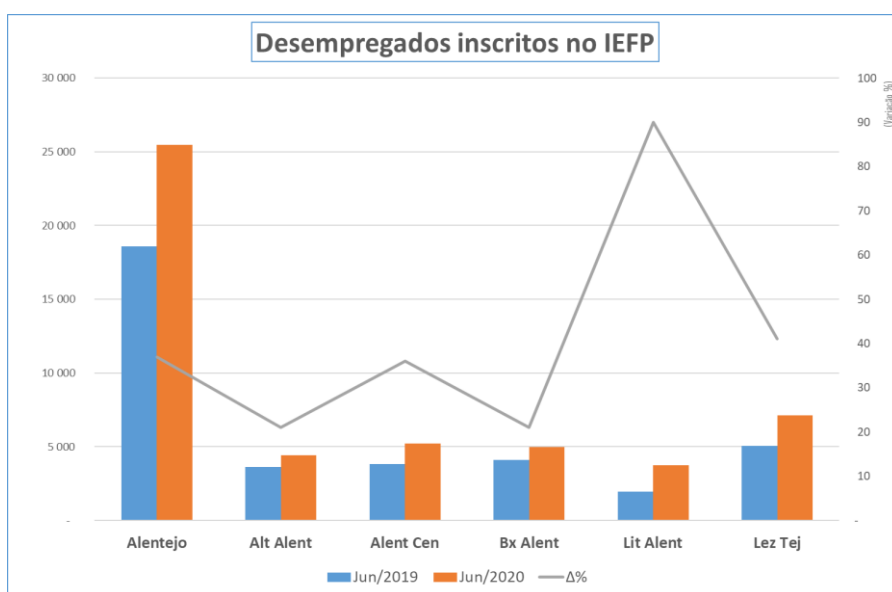
No Alentejo, o impacto da pandemia da Covid-19 sobre a economia e o mercado de trabalho poderá ser particularmente dramático, fazendo emergir um leque de **desafios que o território**

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

terá que enfrentar no âmbito da qualificação, do emprego e da inserção social, relativamente aos quais haverá que ensaiar equilíbrios nas dinâmicas de intervenção de carácter imediato em resposta à crise pandémica e ações mais estruturadas e dilatadas na promoção do futuro da competitividade territorial a médio e longo prazo.

(a) Proteção dos níveis de emprego

Face à elevada destruição de postos de trabalho decorrente da crise pandémica, torna-se um desafio imediato a enfrentar dada a elevada probabilidade de todas as atividades económicas do território, mesmo aquelas com forte enraizamento territorial como o turismo, agricultura e agroindustrial, serem afetadas pela devastação futura do emprego, muitas delas assentes em contratações precárias e a termo, ainda que o desemprego possa vir a ser reabsorvido num contexto de recuperação económica que venha a ocorrer.



FONTE: Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego, IEFP.

Em poucos meses de incidência da crise pandémica sobre o mercado de trabalho regional, assistiu-se a uma explosão no volume de desempregados inscritos no IEFP em junho de 2020 (+37% face ao mês homólogo de 2019), acompanhando a tendência

nacional (36,4%), sendo o Alto e o Baixo Alentejo menos castigados (21%), por comparação com a Lezíria do Tejo (41%) ou ao Alentejo Litoral (91%). Estando as atividades económicas de maior dinâmica recente no mercado de trabalho regional na primeira linha dos impactos da crise pandémica, alguns concelhos apresentam valores relevantes de crescimento do desemprego, como Azambuja e Santarém (60%), Rio Maior (> 65%) sendo que, mais a sul, a situação piora com Almodôvar e Castro Verde a crescerem 66% e 79% respetivamente e, no litoral, Odemira (84%), Alcácer do Sal (> 91%), Santiago do Cacém (> 95%) e Sines (> 125%), onde as atividades turísticas, hortícolas de frescos e pequenos frutos, logísticas, químicas e petroquímicas, para além da reparação de instalações, máquinas e equipamentos, sofreram sérias reduções em volume de emprego no último ano.

Enquanto a norte da região são as atividades fabris da produção química, a metalurgia, transportes, alojamento e restauração que mais emprego dispensaram no último ano, no Alentejo Central cresce o fabrico de máquinas e componentes automóvel, ao sul destacam-se as indústrias extrativas e o comércio e reparação de veículos, enquanto no litoral alentejano as atividades em retração empregadora fizeram crescer significativamente entre os desempregados inscritos no IEFP as profissões associadas à montagem (4 vezes), as não

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

qualificadas da agricultura (3 vezes), para além dos agricultores e criadores de gado (2 vezes) e dos trabalhadores da metalurgia e metalomecânica (2 vezes).

DESEMPREGO REGISTRADO NO IIEFP (ALENTEJO com LT) NO FINAL DO MÊS, POR CATEGORIAS, EM PESO RELATIVO														
MÊS/ANO	GÉNERO		TEMPO INSCR		TIPO PROC EMPR		GRUPOS ETÁRIOS			NÍVEL DE ESCOLARIDADE				TOTAL DESEMPR
	H	M	<1 ANO	1ANO+	1º EMPR	NV EMPR	(< 25)	(25-54)	(55+)	<1º C EB	ENS BAS	ENS SEC	ENS SUP	
Dezemb-2013	48%	52%	59%	41%	10%	90%	14%	68%	18%	7%	56%	26%	11%	43 604
Dezemb-2019	45%	55%	62%	38%	12%	88%	13%	63%	24%	13%	51%	26%	10%	20 460
Junho-2020	45%	55%	66%	34%	9%	91%	13%	66%	21%	11%	50%	30%	9%	25 480

FONTE: Concelhos - Estatísticas Mensais, IIEFP.

Algumas diferenças mas também semelhanças na composição do desemprego registado no Alentejo em meados de 2020 são passíveis de identificar face à situação observada no final de 2013, aquando da preparação do Alentejo 2020, ainda que num quadro de menor gravidade e bem longe dos números de então, mas revelando um crescimento de 25% do desemprego registado num curto período, relativo ao primeiro semestre de 2020:

- As mulheres aumentaram a sua presença no desemprego, que é agora mais recente e mais experiente, diminuindo o peso da procura de primeiro emprego, o qual vinha crescendo no final de 2019;
- A crise pandémica afeta no imediato com maior incidência os públicos com idade mais avançada e qualificações menores, mas também em larga medida os jovens NEET à procura do 1º emprego ou com experiência e carreira profissional mais curtas, com destaque para os que não foram além do nível secundário de instrução escolar, ambas categorias marcadas pela precariedade laboral e pelas tarefas manuais que exigem presença física, sendo os primeiros a dispensar pelas empresas e que, pelas dificuldades de **adaptação à transição digital, marca endémica do futuro do trabalho e dos empregos**, experimentarão dificuldades acrescidas de empregabilidade² durante e após a crise;
- À semelhança da crise anterior, também a crise pandémica induz um ritmo de quebra do emprego superior ao do aumento do desemprego, aprofundando a **tendência instalada de subutilização do trabalho**³, com forte aumento da inatividade dos recursos humanos, devido ao envelhecimento da população ativa e ao maior desencorajamento dos adultos maduros (mas também dos jovens) pouco qualificados na procura de emprego, num contexto de rarefação de oportunidades de retorno ao mercado de trabalho, no Alentejo. O *Inquérito ao Emprego* do INE revela que no 2º trimestre de 2020 a população ativa do Alentejo (com 15 e mais anos) havia diminuído cerca de 3.100 pessoas face ao trimestre homólogo de 2019 e que a população empregada diminuiu menos de 2.000 pessoas, enquanto a população inativa cresceu cerca de 18.000 pessoas (não empregados que não procuram emprego e, por isso, sem que tal se tenha refletido no desemprego registado), afetando mais as mulheres que os homens e os jovens até aos 25 anos, mais que os adultos, estes com contratos de trabalho mais estáveis.

² A atestar que nesta crise são os mais precários e menos qualificados a serem o alvo primeiro de despedimento nas empresas, está o fato de o "fim de trabalho não permanente" e a "não renovação de contrato" serem os motivos mais comuns para as inscrições de desempregados no IIEFP, para além da verificação do acréscimo do rendimento médio mensal líquido da população empregada por conta de outrem no mercado de trabalho do Alentejo, ocorrido no 1º e no 2º trimestres de 2020.

³ Segundo o *Anuário Estatístico da Região Alentejo-2018* do INE, o Alentejo apresentava em 2018 a menor taxa de atividade de todas as regiões de Portugal (51%), com acentuada diferença na população com 45 e mais anos (44,1% contra 47,8%). No mesmo ano, era de 112 o número de inativos por 100 empregados no Alentejo, sendo de 103,4 o valor nacional, segundo o INE.

(b) Recuperação e crescimento gradual do emprego

Trata-se de estimular uma evolução que fixe e atraia jovens quadros qualificados e reduza os níveis de desemprego na região, num contexto de retoma do crescimento dos jovens NEET e do desemprego menos qualificado no rasto da crise pandémica, pressionando o despovoamento do território face ao declínio económico e agravando a escassez de mão-de-obra necessária às dinâmicas de investimento a promover e atrair, nos setores tradicionais e emergentes. A recuperação gradual da economia regional deverá gerar tensões entre os estrangulamentos instalados no mercado de trabalho e as novas oportunidades económicas para os ativos do território que revitalizem o dinamismo do emprego na baixa densidade e a atração de recursos humanos, a ultrapassar no período pós pandemia, nomeadamente:

- O reposicionamento da região enquanto destino turístico de baixo risco sanitário, *clean and safe*, criando oportunidades de emprego nas atividades de alojamento e serviços turísticos, arrastando também o pequeno comércio, continua a esbarrar, em todo o setor turístico, com o impacto dos novos serviços mediados por plataformas baseadas na internet que ligam compradores a vendedores, na primeira linha dos desempregados da pandemia, ditará necessidades de reforços de qualificações e geralmente associados a um elevado grau de informalidade e precariedade⁴, logo, de baixos salários e rendimentos, incluindo os jovens qualificados abrangidos, o que condiciona a atração e fixação dos mesmos no território, a prazo. Por outro lado, a (re)absorção dos recursos humanos menos qualificados, requalificações em matéria sanitária, no *e-commerce*, nas competências digitais e ambientais;
- A escassez de recursos humanos adaptados em quantidade e qualidade às necessidades existentes e emergentes de investimentos com maior incorporação tecnológica, na área industrial e nas TIC, continua a agravar-se⁵ fruto da reduzida mobilidade intra-regional, do envelhecimento e baixos níveis de qualificação e escolaridade dos desempregados e da insuficiente retenção e atração de talentos jovens qualificados para a região, pelos baixos salários face aos custos de interioridade (sistema de transportes deficitário, limitação da oferta de serviços de apoio à família, **insuficiente oferta de habitação e custos elevados...**). A confirmá-lo está uma disparidade no Ganho Médio Mensal do TCO (Trabalhadores por Conta de Outrem) por nível de habilitações que no Alentejo é bem inferior ao valor registado em Portugal, diminuindo substancialmente (quase 30%) entre 2013 e 2018, com especial incidência nas sub-regiões Litoral e Central⁶.
Se o Ganho Médio Mensal dos TCO era inferior em cerca de 100€ no Alentejo face ao país, em 2013, essa diferença aumenta em 2018, sendo ainda maior (2x) quando se trata de TCO

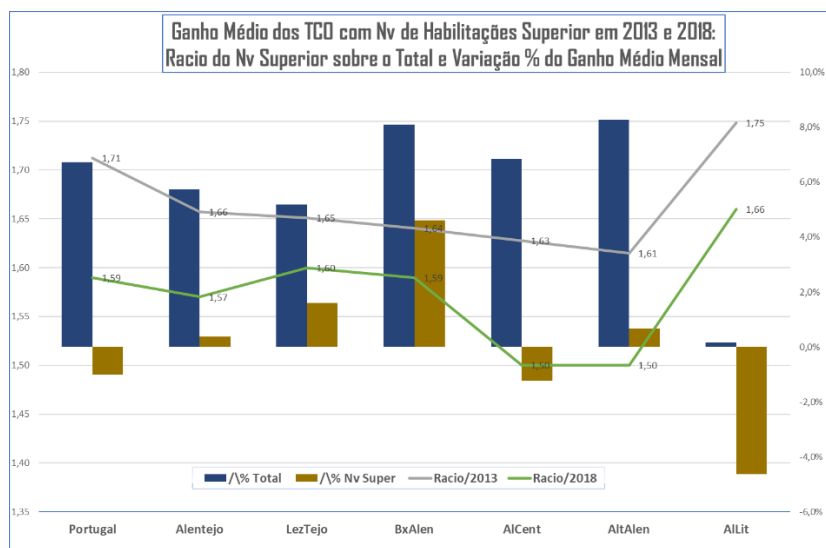
⁴ A OIT Portugal, no relatório *Uma análise rápida do impacto da COVID-19 na economia e no mercado de trabalho*, de junho de 2020, aponta o impacto concreto da incidência dos contratos temporários sobre os serviços de limpeza, os guias turísticos, os gestores de alugueres de curta duração, que enfrentaram simultaneamente perdas de rendimento pela maior exposição ao desemprego e proteção social inadequada.

⁵ Agravamento que pode ter sido acelerado pela crise pandémica, colocando o Alentejo no grupo das regiões portuguesas com elevada tendência de declínio do emprego até 2030, em consequência da pressão das mudanças que estão a ocorrer nos conteúdos do trabalho, face à demografia e ao peso do setor público no emprego regional, segundo o relatório *The Future of Work in Europe*, do McKinsey Global Institute, 2020,

⁶ Dados do *Anuário Estatístico da Região Alentejo–(2013, 2018)* e do *Anuário Estatístico de Portugal–(2019)*, do INE.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

com habilitações de nível superior, cujo ganho era 1,7x superior à remuneração geral no Alentejo em 2013, mas viram esse rácio baixar para 1,6x em 2018, queda sentida com maior expressão no Alentejo Central.



FORNTE: PORDATA-GEE/ME/MTSSS

Entre 2013 e 2018, o crescimento do Ganho Médio Mensal dos TCO, no Alentejo, é inferior ao do país em cerca de um ponto percentual (com exceção do Alto e do Baixo, com crescimento maior que na região e no país), mas tal não se verifica com os TCO com habilitações de nível superior, cujo ganho médio estagnou entre os dois anos ou regrediu mesmo, nomeadamente

no Alentejo Litoral (-4,6%) e Central (-1,2%), duas sub-regiões com forte impacto das atividades agrícolas e turísticas no mercado de emprego⁷.

- A indução de efeitos de alavancagem da estruturação de novos produtos turísticos e valorização da oferta existente sobre as atividades agroalimentares de proximidade e pequena escala, a reabilitação urbana e a valorização patrimonial, cultural e artística/criativa, gera oportunidades empresariais e de emprego em pequenos negócios locais, ancorados no território e focados na valorização económica dos seus ativos genuínos e típicos. Ainda assim, o contexto prolongado de declínio do tecido empresarial local e o tradicional défice de capacitação empresarial na valorização económica dos recursos e ativos do território, aconselhariam a que uma revalorização local inovadora dos recursos e produtos endógenos regionais com forte identidade territorial e apetência turística, beneficiasse de mecanismos e estruturas locais de animação seletiva e qualificada, dinamizadoras do empreendedorismo dirigido ao aproveitamento das oportunidades de negócio;
- A insuficiente cobertura geográfica e qualificação da rede de espaços de acolhimento empresarial e de logística na região, contrasta com a intensificação da virtualização, digitalização e flexibilidade dos novos modelos de aprendizagem e de trabalho (autónomo, independente, teletrabalho, trabalho remoto) e movimentos de “des-urbanização” em direção aos territórios menos densos do interior, abrindo a oportunidade de captação de novos e ex-residentes qualificados (oriundos do estrangeiro e da Área Metropolitana de

⁷ O Ganho Médio Mensal dos TCO é maior do que a média no setor industrial, em 2013 e em 2018, no Alentejo, com valores maiores no Litoral e Baixo Alentejo, as duas sub-regiões onde a agricultura apresenta ganho mais baixo (76% da média) em 2013 e 82% em 2018. O ganho no setor dos serviços é penalizado no Alentejo Litoral, com 85% da média em 2013 (95% no Alentejo) e 89% em 2018 (contra 94% no Alentejo e 88% no Baixo Alentejo).

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

Lisboa), os quais são sensíveis a uma oferta regional abrangente e qualificada de espaços acolhedores e agradáveis ao exercício empresarial e ao *cowork*, com boa cobertura de rede móvel e internet, serviços técnicos comuns de apoio, espaços integrados/envolventes para a prática de desporto e lazer e serviços básicos de apoio à família;

- A insuficiente e desajustada aposta das políticas públicas na dimensão de criação de emprego regional qualificado, com deficiente seletividade, ausência de animação e insuficiente apoio técnico aos perfis de empreendedorismo, tem-se revelado no reduzido dinamismo da criação de emprego e impacte do mesmo na diminuição do desemprego, nomeadamente nos jovens NEET e nos desempregados menos qualificados, em boa medida pelo abandono da associação da componente formação de competências de gestão e montagem de negócios à dimensão emprego, que durante algum tempo serviu de crivo no processo de seleção dos perfis de empreendedorismo regional e de acompanhamento na preparação do processo.

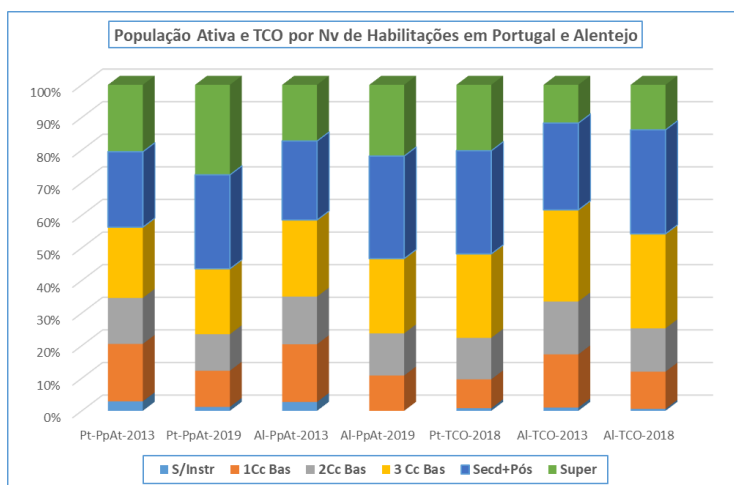
(c) Qualidade e acesso ao emprego, mobilização e investimento no capital humano

Num quadro de persistência de baixos índices de escolaridade e qualificação profissional dos ativos (empregados e desempregados) da região, condicionantes para enfrentar os novos desafios do futuro como a digitalização e a transformação da economia, penalizando os processos de ajustamento às competências requeridas pelas entidades empregadoras, limitando a sua capacidade operacional e de crescimento, bem como a competitividade do território na captação de novos investimentos.

As mudanças em curso nos conteúdos e modalidades de exercício do trabalho, aceleradas pela crise pandémica que intensificou a proliferação do trabalho atípico (temporário, a tempo parcial e por conta própria), poderão vir a ser fonte de oportunidades de emprego e melhoria das condições de vida para muitas pessoas, em virtude da maior flexibilidade que oferecem. Ainda assim, a desregulação comportará desde logo, num primeiro momento, desvantagens claras quanto à qualidade do emprego, diminuindo os incentivos ao investimento na melhoria continuada das qualificações dos trabalhadores, segmentando o mercado de trabalho e lançando **novos desafios aos operadores de formação** nos territórios de baixa densidade onde perduram níveis de escolaridade e qualificação distantes da média do país, como é o caso do Alentejo, diminuindo a capacidade de enfrentar os impactos esperados das transições digital, ecológica e energética.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

- A distância do Alentejo em relação ao país nos níveis superiores *de instrução escolar da população ativa*, aumentou de 2013 para 2019, representando 21,6% no Alentejo, contra 27,6% no país, a mesma distância que se observa nos trabalhadores por conta de



FONTE: INE, *Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2013, 2018 e Anuário Estatístico de Portugal, 2019.*

outrem (TCO), ao contrário do que acontece com a população ativa com habilitações de nível secundário, cujo peso relativo é superior e apresenta maior crescimento no Alentejo do que no país, revelando que o acesso aos estudos superiores ainda se apresenta desigual no Alentejo⁸.

Tanto na população ativa como nos TCO, aqueles que não vão além do 2º e do 3º ciclos do ensino básico, representam no Alentejo uma parcela superior do conjunto, do que no país, para além do fato de os TCO com apenas o 1º ciclo do ensino básico como habilitações ainda representarem 11,4% no Alentejo em 2018 (2,5 pontos percentuais acima do total do país), um peso pouco abaixo dos apenas 13,4% de TCO com habilitação superior, enquanto no país esta mesma categoria representava 20,3% em 2018.

Em 2018 quase 54% dos trabalhadores por conta de outrem no Alentejo não iam além do 3º ciclo do ensino básico como habilitações (46% na população ativa, relativo a 2019), ou de 85,6% ainda se ficar pelo nível secundário e pós-secundário, sendo de 77,3% no caso da população ativa (relativo a 2019), bem como o fato de a taxa de escolarização da população ativa adulta da região (25-64 anos), que em 2013 era próxima da do país, se situar nos 60,7% em 2018, num patamar de 1,5 pontos percentuais abaixo dos valores do país⁹. O quadro de constrangimentos reflete-se igualmente nos desempregados inscritos no IEFP-Alentejo em junho de 2020, com 61% ao nível do ensino básico, sem terem completado o ensino secundário, sendo de notar que 11% não completou sequer o 1º ciclo do ensino básico, isto é, não tinham habilitações escolares certificadas, limitando a resposta aos desafios de adaptação a novas exigências profissionais em curso no mercado de trabalho em direção à pluriatividade que convoca competências adequadas a maior autonomia e responsabilidade individual.

- Os *níveis de qualificação dos trabalhadores por conta de outrem (TCO)*, relativos a outubro de 2018¹⁰, apresentam semelhante tendência de divergência entre o Alentejo e o país, com um diminuto peso relativo dos quadros médios e superiores em torno dos

⁸ Através do *Employment Outlook 2020*, a OCDE destaca que Portugal é um dos países onde mais sobe a população que estudou até ao ensino secundário e apenas consegue emprego menos qualificado (passou de 8% em meados da década de 1990 para 29% em 2018), numa tendência de polarização do emprego que encolhe as oportunidades de quem não vai além daquele nível de ensino.

⁹ Dados do *Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2013 e 2018 e Anuário Estatístico de Portugal, 2019*, do INE.

¹⁰ Dados dos *Quadros de Pessoal 2018*, GEP-MTSS.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

10% (14% no país), uma excessiva representação de 42% dos trabalhadores semiqualeificados ou não qualificados, contra 33% em Portugal e um valor de 44% para os trabalhadores qualificados e altamente qualificados, quando no país eles representam 48%. Destaque para a percentagem de quadros superiores e especialistas no total de empregados, que representava 19,4% no Alentejo em 2013, tendo diminuído em 2018 (18,6%), ao contrário do país, que passou de 22,4 para 24,5% no mesmo período, segundo o INE.

- Na *formação inicial de jovens*, persistem ainda taxas significativas de abandono precoce de educação e formação em Portugal, na ordem dos 10,6% em 2019 (13,7% nos homens e 7,4% nas mulheres), revelando ainda assim um significativo avanço no longo prazo, pois em 2013 rondava os 19%, segundo dados do INE, o que é acompanhado de igual forma pelo Alentejo (desce de 20,3% para 12,7%, entre 2013 e 2019), em situação menos positiva que o país.

O Alentejo acompanhou igualmente a tendência nacional de melhoria da taxa de transição/conclusão do ensino secundário, progredindo de 81,5% em 2013 para 86,5% em 2018, menos nos cursos gerais e mais nos profissionais (90,5%), mas, ao contrário do país, cresceram mais no território as preferências dos alunos pela frequência do ensino regular do que pelas opções profissionais do ensino secundário: i) *cursos profissionais* com 35% dos alunos do total do ensino secundário em 2018 (apenas 33% em Portugal), mas em queda dos 36% em 2013; ii) *cursos de aprendizagem* com peso de apenas 5% no ensino secundário em 2018 (8% em 2013); iii) ausência de alunos a frequentar *cursos de educação/formação e cursos tecnológicos*, em 2018, em total erosão dos poucos que ainda se podiam observar em 2012/13¹¹.

**OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS NO ENSINO SECUNDÁRIO NO
ALENTEJO - CICLO 2018/2021**

Tipo de Promotor		Lezíria Tejo	Alto Alent	Alent Central	Baixo Alent	Alent Litoral	Alentejo	
							(VA)	(%)
ESTABELECIMENTOS	Esc Secundárias	10	7	8	7	5	37	66%
	Esc Profissionais	5	2	2	7	3	19	34%
	Total	15	9	10	14	8	56	
	(%)	27%	16%	18%	25%	14%		100%
CURSOS	Esc Secundárias	31	19	20	12	8	90	56%
	Esc Profissionais	27	4	7	19	13	70	44%
	Total	58	23	27	31	21	160	
	(%)	36%	14%	17%	19%	13%		100%

FUNTE: Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEE)

O número de alunos matriculados nas opções da *oferta profissional de cursos* ao nível do ensino secundário no Alentejo, diminuiu para menos de 8500 entre em 2017/18, perdendo 1260 alunos (-13%) desde o ano 2012/13, enquanto que o volume total de alunos no nível secundário decresceu -3,6%. Numa análise mais próxima, sobre o ciclo de 2018/2021, observa-se que o número de operadores da oferta profissional na rede do Ministério da Educação ronda os 56, entre escolas secundárias (66%) e escolas profissionais, para um total de 160 cursos, 36% dos quais no território da Lezíria do Tejo.

¹¹ Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2013 e 2018 e Anuário Estatístico de Portugal, 2019, do INE

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

Na principal alternativa à via profissionalizante do ensino secundário, os *Cursos de Aprendizagem* promovidos pelo IEFP, assegurando uma dupla certificação escolar e

**OFERTA DE CURSOS PROFISSIONAIS NO ENSINO
SECUNDÁRIO NO ALENTEJO - CICLO 2018/2021**

Escolas Secundárias ● Escolas Profissionais ○	Lezíria Tejo	Alto Alent	Alent Central	Baixo Alent	Alent Litoral
Aeronáutica - Manutenção		●	●		
Ago-pecuária / Equinos		●○	●	○	○
Apoio Família-Infância-Geriatr	●○	●	○	○	
Animação Sociocultural	○				
Artes	●		●		
Audiovisual / Multimedia	●○		○	○	
Comércio / Vendas	●○			●○	●○
Desporto / Juventude	●	●	●	●○	●
Eletromecânica - Man. Ind.	○		●	●	○
Elettricidade	●				
Eletrónica / Automação	○	●	●		○
Energias Renováveis	●	●		○	
HST			●		
Informática	●○	●	●	●○	○
Metalomecânica		●			●
Mecatrónica Auto	●				
Proteção Civil	●				
Qualidade Alimentar	●	●			
Química Industrial					○
Restauração	●○		●○	●○	●○
Saúde	●○	●	●○	○	●
Serviços Pessoais	○				
Termalismo		○			
Turismo	○	●	●	●	○
Vitivinicultura	●		●	○	

FONTE: *Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE)*

profissional, a diminuição da oferta foi igualmente significativa nos últimos anos, passando de 2467 formandos em 2013 para 1077 em 2019, ou seja, um decréscimo de -56%, correspondendo a menos 1390 formandos envolvidos. Tal quadro deverá **ativar os mecanismos de alerta regional sobre os dispositivos de informação e orientação profissional em vigor**, num contexto de crescente incentivo e pressão internacional¹² ao incremento da oferta (e maior atratividade) de formação de dupla certificação para jovens (e com uma componente prática em contexto de trabalho, em alternância), com vista reduzir as taxas de abandono escolar, a facilitar a empregabilidade e a inserção dos mesmos no mercado de trabalho, condicionando a tendência de crescimento dos jovens NEET em

consequência da crise pandémica.

A ausência de uma forte componente de formação em alternância no contexto de trabalho e, por isso, de uma menor ligação e envolvimento das empresas no processo formativo, dita alguma fragilidade no ajustamento da oferta de cursos profissionais à especialização produtiva dos territórios do Alentejo, fruto da cedência à componente de preferência e opção dos candidatos, bem como alguma *sobreposição da oferta entre escolas, no mesmo território, nas áreas de formação de maior procura*.

A oferta da formação em Aprendizagem, envolvendo de perto as empresas, apresenta tendencialmente uma resposta mais ajustada às necessidades das mesmas, em áreas como a mecatrónica/eletromecânica e a restauração em todo o território, à exceção do litoral onde a logística (também em Beja) marca presença com a informação e animação turística, enquanto as áreas da agricultura e pecuária apenas aparecem em Évora e Portalegre, ausentes no restante território, tal como a aeronáutica e a eletrónica/automação primam pela ausência.

A dispersão territorial do tecido empresarial, a baixa densidade e a pequena dimensão das empresas, a par da fragilidade da rede de transportes públicos, a que acresce a diminuição de jovens e a competição pela sua captação na oferta dos diferentes operadores de

¹² Cf. OCDE-Estratégia de Competências da OCDE-Diagnóstico Portugal, 2015 e OCDE-Education at a Glance, julho de 2020, para além da reorientação das prioridades de financiamento do FSE+.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

educação e formação regionais, são obstáculos sérios à organização de turmas de formação profissional em sistema dual ou de alternância com o contexto de trabalho, no quadro da rigidez ditada pelos regulamentos nacionais de financiamento comunitário, concebidos para territórios com maiores densidades populacionais e empresariais que os do Alentejo. A oferta de *formação pós-secundária não superior* passa pelos *Cursos Técnicos Superiores Profissionais (CTeSP)* e pelos *Cursos de Especialização Tecnológica (CET)*, de cuja procura o INE dá conta ter sofrido uma quebra de -53% entre 2012/13 e 2017/18, no Alentejo, passando de 547 alunos para 256, tal como aconteceu igualmente no país (-54%). Os CTeSP são da responsabilidade dos Institutos Politécnicos (IP), enquanto os CET, com alguma morosidade e complexidade na aprovação e operacionalização, são promovidos por operadores de formação de nível não superior, entre eles os CEFP do IEFP, que apresentam cursos da área da NTIC em Évora, Beja e Portalegre (Programação de Sistemas de Informação, Gestão de Redes e Sistemas Informáticos), acrescidos da Tecnologia Mecatrónica em Évora e da Contabilidade e Fiscalidade em Beja, sem oferta ativa no Alentejo Litoral, nem na Lezíria do Tejo. No norte alentejano, conta-se ainda com o Turismo de Portugal, IP através da Escola de Hotelaria e Turismo de Portalegre, com ofertas nas áreas da Gestão Hoteleira, Bebidas, Restauração e Cozinha, enquanto em Évora dois operadores privados viram aprovados o curso de Exercício Físico.

Os Cursos Técnicos Superiores Profissionais, entre as vias alternativas de acesso ao ensino superior, valendo já quase 9% das novas entradas, no país, funcionam em larga medida de forma descentralizada a partir de parcerias envolvendo municípios, escolas profissionais ou associações empresariais e têm sido particularmente procurados por estudantes oriundos de percursos profissionalizantes no nível secundário, o que reforça a importância das vantagens e da necessidade de *articulação vertical da oferta regional de educação-formação nos patamares profissional e aprendizagem*, CTeSP e superior. Sendo de 425

**OFERTA DE CURSOS TÉCNICOS SUPERIORES
PROFISSIONAIS NO ALENTEJO - 2020/2021**

OFERTAS DE CTeSP	IP Beja	IP Portalegre	IP Santarém	IP Setúbal
Acompanhamento Crianças		o		
Aeronáutica - Produção				o
Agricultura			o	
Agropecuária	•	o		
Ambiente	•			
Automação/robótica				o
Bioenergias		o		
Cuidados Continuados	•			
Culturas Regadas	•			
Desporto Equestre		o		
Desporto/lazer	•			
Dinamização Cultural		o		
Energia				o
Gastronomia			o	
Gerontologia	•	o	o	
Gestão Orgs Sociais				o
Hortofruticultura			o	
Logística				o
Proteção Civil		o		
Qualidade alimentar				o
Restauração			o	
TIC				o
Turismo	•	o	o	o
Veterinária		o	o	
Viticultura/enologia	•	o	o	
Zootecnia			o	

Fonte: Sites web dos Institutos Politécnicos

curso a oferta nacional em 2010/21, em 68 concelhos, disponibilizando 11.000 vagas (15.500 no ano anterior), apenas o IP de Beja apresenta alguma expressão no interior do país, com uma oferta de 17 cursos para 381 vagas, destacando-se ainda a substancial oferta de 30 cursos para 730 vagas do IP de Setúbal, na 6ª posição nacional.

A oferta de Cursos Técnicos Superiores Profissionais, exclusiva dos Institutos Politécnicos, revela uma integração vertical com a oferta de nível superior dos seus promotores bem maior do que os Cursos de Especialização Tecnológica, surgindo mais orientada para a captação de alunos que possam prosseguir os seus estudos superiores na mesma área onde já adquiriram créditos.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

O turismo, agricultura e cuidados de saúde a idosos estão largamente presentes nas várias ofertas, enquanto as dimensões industriais, energéticas, logísticas e eletrónicas estão menos presentes, a não ser no litoral, onde o IP de Setúbal ensaia também uma incursão na área da aeronáutica, envolvendo entidades e empresas do fabrico de componentes, localizadas em Setúbal, Grândola e Ponte de Sor.

Entre as lacunas identificadas está o facto de não existir oferta de CTeSP na sub-região do Alentejo Central, cursos que só podem ser desenvolvidos pelos Institutos Politécnicos. Sendo ainda assim possível organizar entre as IES parceiras, a oferta de Cursos Técnicos Superiores revela uma integração vertical com a oferta de nível superior dos seus promotores bem maior do que os Cursos de Especialização Tecnológica, surgindo mais orientada para a captação de alunos que possam prosseguir os seus estudos superiores na mesma área onde já adquiriram créditos.

A área florestal é uma entre várias das lacunas na oferta de ensino pós-secundário e igualmente no ensino politécnico e universitário da região, diminuindo o potencial de resposta regional em fileiras como a agroalimentar e a silvicultura.

O Alentejo contava no ano letivo de 2018/19 com 19 estabelecimentos de Instituições do Ensino Superior (IES), representando 6,6% do país, envolvendo 16.078 alunos matriculados (4,2% do país, subindo dos 3,8% em 2013/14)¹³, os quais disponibilizaram no mesmo ano letivo cerca de 3.400 vagas em várias áreas de estudo, predominando as ciências empresariais (18%), serviços pessoais (15%), saúde e proteção social (14%), engenharias e indústrias transformadoras (12%), agricultura e veterinária (12%), artes e humanidades (9%), entre outras, com destaque para a pequena expressão das TIC, que representa apenas 2,5% dos alunos matriculados.

- A pandemia, ao acelerar as mudanças em curso no mundo do trabalho (incremento do trabalho virtual, remoto e teletrabalho, flexibilidade de horários, maior engajamento virtual e proatividade, maior autonomia e controlo da gestão do tempo e das tarefas), com implicações nas competências necessárias aos novos modelos de trabalho (com destaque para as competências digitais), incentivou uma maior procura das qualificações mais elevadas no mercado de trabalho e, acentuou a importância da *formação contínua e da Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)*, para os trabalhadores empregados e desempregados, nomeadamente os mais de 58% da população ativa do Alentejo que não completou o ensino secundário e os jovens NEET.

A dinamização da participação de empregados e desempregados em ações de ALV revela-se de enorme importância na melhoria da qualidade do emprego, na transição entre empregos e resistência ao desemprego, na empregabilidade dos desempregados (nomeadamente no combate ao DLD) mediante a elevação de qualificações e a reconversão profissional orientada às necessidades de competências ditadas pelas exigências de modernização do tecido produtivo e de novos investimentos em curso ou em perspetiva que sejam acompanhados de perto pelos operadores do sistema de educação-formação regional, articulados em rede na identificação antecipada das lacunas de competências, ou pelas mudanças em curso nos conteúdos do trabalho, pela intensificação da economia digital. Tal implica novos desafios aos empregadores (nomeadamente nas micro e

¹³ Dados de *Alentejo em Números*, 2013 e 2018 e *Anuário Estatístico da Região Alentejo-2018*, do INE.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

pequenas empresas) no desenvolvimento e investimento nas competências dos trabalhadores, bem como às entidades dos subsistemas de educação e formação (não apenas o SP de emprego e formação, escolas e a IES, como também a ERT, as CIM's, os Parceiros Sociais, as ADL's e entidades da economia social), ao nível do envolvimento, da coordenação das respostas e organização em rede, da flexibilização da oferta, da atualização de conteúdos, da modernização de metodologias e dispositivos de intervenção, tal como recomenda a *Agenda de Competências para a Europa* e a revolução de competências a que ambiciona para que as pessoas possam enfrentar com sucesso as transições ambiental e digital em curso.

Investir no capital humano, convocando a educação-formação e ALV no processo de capacitação dos trabalhadores para formas de trabalho mais autónomas e independentes, com competências digitais e competências para a vida, na linha da *Agenda*, implicará a dinamização de modalidades de ALV com preocupações de maior envolvimento do tecido empresarial e dos parceiros sociais, no desenvolvimento de oportunidades de aprendizagem no local de trabalho e na construção de uma oferta articulada e concertada entre os estruturas de educação-formação, mais profissionalizante e de resposta rápida às solicitações empresariais do território. Tais esforços deparam-se nos Alentejo com *condicionamentos ao envolvimento* de empresas e entidades da economia social, empresários, gestores e trabalhadores em ações de ALV, nomeadamente: i) a mobilidade e acesso à formação; ii) a reduzida dimensão e dispersão territorial prevalente no tecido empresarial; iii) o *desajustado limiar de base de formandos* nas ações financiadas pelos fundos comunitários, à realidade regional; iv) os baixos níveis de qualificação escolar dos ativos empregados e desempregados; v) a fraca apetência das entidades empregadoras para o investimento no capital humano.

Daqui decorre a emergência de proatividade e voluntarismo das estruturas de educação-formação regional em construir *soluções flexíveis, criativas e inovadoras no acesso e de maior proximidade entre a oferta e os seus destinatários*, dotadas de agilidade, especificidade e adequabilidade ao contexto territorial, no quadro de fragilidades identificado. Apesar de várias lacunas ainda existentes, a *oferta regional de educação e formação profissional* apresenta igualmente alguns *recursos e potencialidades a mobilizar* para o efeito, nomeadamente:

- a capacidade instalada e qualidade de instalações e equipamentos da rede de operadores, com reforços importantes em curso, nomeadamente: i) o IEFP, que expande significativamente a sua capacidade com a aquisição do campus universitário do Instituto Piaget em *Santo André*, para além dos investimentos na *modernização e apetrechamento de equipamentos nos SFP de Aljustrel e Évora*, estendendo a formação aeronáutica no apoio aos novos investimentos em curso em Grândola, dispondo ainda de um Centro de Formação de Artesanato com importância estratégica na valorização da tradição produtiva do território; ii) o crescimento da capacidade instalada da oferta em Ponte de Sor; iii) os primeiros passos do IP de Setúbal na área da aeronáutica, construindo uma parceria alargada de atores com expressão territorial, desde Grândola a Ponte de Sor, passando por Setúbal; iv) o potencial da anunciada aposta da Universidade de Évora na fileira da saúde...;

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

- a experiência formativa dos vários operadores, dotados de recursos humanos qualificados, recentemente reforçados no âmbito do processo PREVPAP;
- a *diversificação da rede de operadores regionais*, cujo multifacetamento se intensificou com a *atração de operadores experientes de outras regiões*, desde o início do anterior período de programação de fundos comunitários.

	2007	2011	2016	Varição (2016-2007)
	%			p.p.
TOTAL	30,9	48,8	50,2	19,3
Norte	27,7	48,3	45,8	18,1
Centro	31,8	50,9	52,9	21,1
A. M. Lisboa	36,0	49,6	56,1	20,1
Alentejo	30,4	46,0	50,0	19,6
Algarve	31,8	51,2	48,4	16,6
R. A. Açores	25,4	35,1	37,6	12,2
R. A. Madeira	19,9	44,2	44,9	25,0

Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007, 2011 e 2016.

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos, realizado em todos os Estados Membros da EU-*substantial aumento da taxa de participação em atividades de ALV da população portuguesa* em quase 20 pontos percentuais (uma evolução acompanhada pelo Alentejo, na mesma proporção, a ritmo mais acelerado que o país a partir de 2011) na década de 2007-

2016, em boa medida devido ao aumento da *participação em educação não formal*, a qual duplicou no período.

Sendo verdade que a taxa de participação em atividades de ALV aumenta com a escolaridade, também é verdade que os maiores aumentos do período se observam entre os que tinham níveis de escolaridade mais baixos, o mesmo acontecendo com a participação dos empregados ou TCO, face aos trabalhadores por conta própria ou aos desempregados. Os resistentes à participação em ALV diminuíram, continuando a ser os mais velhos, os menos escolarizados e os inativos (exceto estudantes), os que continuam a registar os níveis mais elevados de não participação, fatores que marcam presença nos territórios de baixa densidade como o Alentejo¹⁴.

Os percursos de educação-formação de dupla certificação escolar e profissional destinados a adultos observaram um crescimento da procura e envolvimento de destinatários tanto no país como no Alentejo, especialmente ao nível do ensino secundário, por impulso e dinamismo das modalidades de RVCC, com crescimentos de três vezes superiores no ensino básico e quatro vezes no ensino secundário, de 2013 para 2018, no Alentejo. O envolvimento de adultos em cursos de Educação e Formação de nível secundário, observa forte crescimento no Alto Alentejo e Alentejo Central, mas também decréscimos no Litoral e Baixo Alentejo.

Unidade Geográfica	Total	Ensino básico - 3º Ciclo			Ensino secundário			
		das quais			das quais			
		Ensino recorrente	Cursos EFA	Sistema RVCC	Total	Ensino recorrente	Cursos EFA	Sistema RVCC
Portugal 2013	18 642	30	9 790	8 337	36 615	6 970	18 386	10 833
Portugal 2018	22 004	200	11 512	10 132	50 092	7 589	23 113	18 998
Alentejo 2013	1 489	0	1 124	339	2 996	123	2 163	580
Alentejo 2018	1 988	0	1 075	905	4 535	95	2 428	2 001
Alentj Litoral 2013	199	0	148	50	640	34	494	101
Alentj Litoral 2018	275	0	194	81	585	13	279	293
Alto Alentejo 2013	283	0	258	3	361	29	297	29
Alto Alentejo 2018	338	0	203	135	859	27	546	285
Alent Central 2013	266	0	188	78	456	0	252	134
Alent Central 2018	361	0	134	226	969	0	500	466
Bx Alentejo 2013	303	0	269	34	744	17	651	55
Bx Alentejo 2018	401	0	220	174	947	13	566	361
Lezíria Tejo 2013	438	0	261	177	795	43	469	261
Lezíria Tejo 2018	613	0	324	289	1 175	42	537	596

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Alentejo, 2013 e 2018.

¹⁴ O fortalecimento da oferta das modalidades de ALV destinadas a adultos avançados, nomeadamente os menos escolarizados, ganha relevância no contexto das tendências demográficas de prolongamento da vida ativa e do preenchimento do maior período de vida com atividade, desde logo nas competências transversais da literacia digital, financeira e ambiental. Cf. *OECD Skills Strategy Portugal*, uma avaliação em curso, desde 2005.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

Da parte do maior operador de formação de adultos público, o IEFP, verifica-se uma quebra do volume de abrangidos em cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA) de dupla certificação, entre 2013 e 2019, na ordem dos 25%, a par de um crescimento dos ativos empregados abrangidos pela medida cheque-formação (criada em 2015) e pela Formação Modular Certificada, a que não será alheia a explosão dos encaminhamentos dos Centros Qualifica para a Educação e Formação de Adultos e dos certificados emitidos pelos mesmos no âmbito do SRVCC.

O reforço da aposta nas modalidades de ALV numa região com baixos níveis de qualificações formais depende em boa medida da capacidade de intensificar a atividade da rede do sistema de RVCC, valorizando dessa forma as competências informais e permitindo o acesso gradual a patamares superiores de qualificação. A rede de RVCC profissional e escolar do Alentejo é constituída por 33 Centros Qualifica, sendo 10 na área da Lezíria, 8 no Alentejo Central, 7 no Baixo, 4 no litoral e 4 no Alto Alentejo, quase em exclusivo dinamizada pelas Escolas e Agrupamentos do ME e pelos Centros de Gestão Direta ou Participada do IEFP. Desenvolvendo processos de informação e orientação com vista ao encaminhamento dos utentes para as ofertas de educação e formação mais adequadas, têm vindo a recuperar a certificação profissional e escolar (níveis básico e secundário) sobre um número crescente de adultos no Alentejo, depois de uma significativa quebra a partir de 2013, até aos 999 em 2019, quase metade desse volume na sub-região da Lezíria do Tejo.

(d) Inserção social e profissional de grupos de risco e em situação de desfavorecimento

O desfavorecimento, nomeadamente face ao mercado de trabalho, assume-se como uma das preocupações cuja relevância assume maior destaque na incidência da crise pandémica, cuja destruição de emprego, afetando de forma mais profunda e imediata os trabalhadores mais pobres, com salários mais baixos e vínculos precários de emprego, com níveis mais baixos de escolaridade e qualificação, provoca um aumento das desigualdades sociais e da pobreza. Por um lado, a mudança nos conteúdos do trabalho em direção à transformação digital afastam-nos das oportunidades do trabalho remoto e, por outro lado, veem igualmente diminuído o acesso às modalidades de ALV e RVCC, as quais intensificaram o recurso ao ensino à distância através do uso de plataformas digitais, dificultando a vida aos formandos com baixos níveis de literacia digital, para além das dificuldades linguísticas de outros, como é o caso dos imigrantes.

A formação em competências básicas ou o Programa «Português para Todos¹⁵», ainda que muito incipientes, são dimensões que têm revelado alguma estabilização ou mesmo crescimento significativo, enquanto respostas da formação para a inclusão, sofrem sérios revezes com a crise pandémica, comprometendo as dinâmicas e ritmos de mobilização futuros, numa altura em que medidas de apoio no âmbito do trabalho socialmente útil caíram em 2019 para um terço do volume de abrangidos em 2013, ainda que os níveis de rendimento regionais continuem bastante afastados dos parâmetros nacionais, o que acentua a vulnerabilidade social e os riscos

¹⁵ Programa de formação linguística destinado aos adultos migrantes em Portugal, substituído em agosto de 2020 pelos Cursos «Português Língua de Acolhimento» (Cursos PLA), com maiores preocupações de captação, fixação e integração de migrantes, sendo mais flexíveis na organização e funcionamento, reduzindo o número mínimo de formandos necessários à constituição dos grupos e formação e dando aos Centros Qualifica oportunidade de promover os mesmos, a par das Escolas do ME e dos CFP do IEFP.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social
- Relatório Final -

de exclusão, pela dependência da região dos rendimentos salariais, quando aumentam os casais com ambos os elementos no desemprego e cerca de metade dos desempregados não recebe subsídio de desemprego, no contexto da crise pandémica.

- Contribuindo para a mitigação do drama demográfico que afeta o Alentejo, os *imigrantes* têm vindo a crescer na região, tal como revelam as taxas de crescimento migratório em 2018 (0,11%) e em 2019 (0,59%), quando se estimava em cerca de 26.500 os estrangeiros residentes legalmente no território naquele que foi ano com mais imigrantes na história do país¹⁶. Os romenos (mais de 4.700) constituem a maior presença, seguindo-se os brasileiros (mais de 4.600), ucranianos (mais de 2.500) e chineses (mais de 1.600)¹⁷, sendo a presença maior nos territórios do Litoral, com forte crescimento nos últimos anos (33%, em 2018, contra 25%, em 2013) e na Lezíria (28%, em 2018, contra 35%, em 2013). Com um crescimento dos imigrantes de 7% entre 2013 e 2018, as principais nacionalidades representadas decrescem em volume no Alentejo, com exceção para os chineses, representando os romenos e os brasileiros 18% do total de imigrantes residentes em 2018 (6% e 22% respetivamente, no país).

Tal como em 2013, os romenos são os mais representados (28%, em 2018) entre os imigrantes no Baixo Alentejo (36% em 2013), bem como no Litoral, embora com apenas 11% devido à dispersão pelas mais de 60 nacionalidades (17% em 2013), enquanto os brasileiros continuam maioritários na Lezíria do Tejo (24%), no Alentejo Central (26%) e no Alto Alentejo (22%), sem perderem peso desde 2013, em qualquer um destes territórios. Os cidadãos oriundos da Europa de Leste parecem desfrutar de uma inserção profissional mais sólida que os brasileiros e os asiáticos, talvez devido a uma

NACIONALIDADE	dez/13		dez/19		jun/20	
	V.A.	(%)	V.A.	(%)	V.A.	(%)
EUROPA	902	60%	421	37%	415	32%
União Europeia	636		357		327	
Europa de Leste	265		60		83	
ÁFRICA	200	13%	112	10%	197	15%
AMÉRICA	386	26%	201	18%	431	33%
OUTROS PAÍSES	19	1%	400	35%	267	20%
TOTAL	1 507		1 134		1 310	

FONTE: Estatísticas Mensais do Mercado de Emprego. IEFP.

permanência mais prolongada e fixação definitiva em muitos casos, ou à tipologia de atividades profissionais de acolhimento, a avaliar pela menor exposição ao desemprego mais recente, provocado pela crise pandémica.

Aos registos oficiais juntam-se africanos, subsaarianos e sul asiáticos, por vezes em situação irregular, mal pagos e mal instalados em contentores sobrelotados nas explorações agrícolas, aumentando a sua vulnerabilidade numa economia informal mais exposta ao risco do desemprego, marcada pela precariedade e ausência de proteção social.

Os Quadros de Pessoal 2018 do GEP-MTSSS (dados de outubro de 2020) revelam que 50% dos trabalhadores por conta de outrem estrangeiros residentes no Alentejo, eram trabalhadores não qualificados (32% no país), a que se juntam agricultores e trabalhadores

¹⁶ Cf. *Indicadores de Integração de Imigrantes: Relatório Estatístico Anual 2019*, Observatório das Migrações e *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2013 e 2019*, SEF, que destacam o crescimento dos novos títulos de residência por motivo de estudo, Este não se aplica, no entanto, aos oriundos da Índia e Nepal, onde predomina como motivo a atividade profissional, muitos dos quais com destino aos concelhos do Baixo Alentejo e Alentejo Litoral.

¹⁷ Cf. *Anuário Estatístico da Região Alentejo -2018*, do INE.

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

da agricultura (15% no Alentejo contra 4% no país), afetados pelos efeitos da pandemia que incidiu fortemente na agricultura, atividades da hotelaria e restauração, as quais vinham atraindo ao Alentejo muitos estrangeiros oriundos do Brasil, beneficiários da proximidade linguística, entre os quais cresciam as intenções de reagrupamento familiar (a avaliar pela relevância de destaque que tal motivo observou na concessão dos novos títulos de residência em 2019) e dos países do leste europeu. Sendo inevitável o aumento de pressão pelo retorno aos países de origem, dada a limitação sentida de reemigrarem para outro país europeu como aconteceu na anterior crise económica, urge não perder a oportunidade de desenhar ao nível regional medidas ajustadas ao enquadramento dos fluxos de imigrantes na ótica da fixação permanente, o que passa por uma maior atenção às dimensões da habitação, educação-formação, proteção social, reagrupamento familiar, melhor aproveitamento e mobilização das competências, entre outras.

O sistema de RVCC e os Centros Qualifica que constituem a sua principal estrutura operativa, desempenham aqui um papel importante não apenas no reconhecimento das competências dos imigrantes, mas também na promoção da melhoria das mesmas, aproveitando o período de diminuição da atividade económica, seja ao nível das competências técnicas e profissionais como das transversais (digitalização, linguísticas, financeiras, sociais, ...) facilitadoras da elevação dos níveis de integração social e profissional, que poderão surgir integradas em programas de ocupação temporária em atividades de trabalho necessário e socialmente útil, ou de incentivo e apoio ao empreendedorismo. No entanto, o INE dá conta de apenas 53 pessoas adultas que, no Alentejo Litoral, foram certificadas pelo sistema de RVCC em 2019 e, de 108 no Baixo Alentejo, patamares bastante aquém do desejável face à densidade de imigrantes presentes naqueles territórios, para além dos naturais, com baixos níveis de escolaridade e qualificações e abrangidos por baixos salários.

Gerir as bolsas de emprego flutuantes entre explorações agrícolas pelos territórios do Baixo Alentejo e Litoral, bem como os ocupados nas atividades da hotelaria e restauração, igualmente cíclicas, de forma articulada entre uma parceria alargada de entidades locais e regionais, procurando valorizar e reconhecer as competências dos imigrantes durante os períodos de interregno laboral, bem como a inserção em programas de trabalho social associados a formação profissional transversal, *revela oportunidade num contexto de fixação dos mesmos no território e nas empresas*, entre ciclos de atividade, favorecendo a inserção profissional e social e incentivando ao reagrupamento familiar.

- A capacitação de grupos desfavorecidos no acesso ao mercado de trabalho através de ações de inserção profissional e social por via do emprego e do reforço continuado das qualificações que aumente a sua empregabilidade e diminua a vulnerabilidade, preparando-os para o futuro do trabalho, parece um caminho adequado à realidade dos territórios de baixa densidade, que ainda terá muito para percorrer, no rescaldo de uma crise que coloca em risco os empregos dos ativos adultos maduros e menos qualificados, pressionando-os para reformas antecipadas penalizadoras em rendimentos. Por outro lado, apresenta-se uma oportunidade ao território alentejano de, com vista à mitigação do problema demográfico e revitalização cultural e social, atrair uma *geração grisalha* de residentes que possa dinamizar o mercado regional de trabalho pelo regresso às origens dos migrados nas áreas metropolitanas para as cidades da periferia. Na fase, cada vez mais dilatada de pré-reforma:

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

- emprestam à região as experiências e competências adquiridas ao longo da vida profissional, prolongando-a e combatendo o isolamento e a perda de identidade, com qualidade de vida, acesso a cuidados de saúde, tranquilidade e segurança;
- beneficiam do contributo dos novos modelos de organização do trabalho acelerados pela pandemia, mais flexíveis, no prolongamento da sua vida e atividade profissional, beneficiando de espaços de trabalho mais amplos e saudáveis, sejam individuais e caseiros, ou mais grupais em modelo *coworking*;
- dinamizam a rede de estruturas de acolhimento empresarial nos vários concelhos através da animação de iniciativas empresariais de pequena escala na valorização dos recursos e potencialidades produtivas locais, de iniciativas na economia social, de atividades de consultoria técnica, científica, cultural...;
- podem ser destinatários interessados de medidas de ALV em matéria de aquisição de competências transversais nas áreas digital, ambiental e energética, ...

(e) Dinâmica territorial do Alentejo

Ao longo dos sucessivos períodos de recurso aos fundos comunitários tem-se observado um conjunto de insuficiências no que respeita à concertação estratégica dos atores e agentes, mas também limitações decorrentes da continuada resistência a maiores níveis de aprofundamento na territorialização das medidas de política setorial, ou ainda da timidez nos avanços de adaptação e ajustamento das regras nacionais dos regulamentos à realidade regional, contribuindo todas essas condicionantes para os insatisfatórios níveis de eficiência na absorção dos financiamentos:

- Dificuldades na articulação das estruturas de educação-formação entre si e com as empresas e entidades da economia social, com reflexos na insuficiente participação em atividades de ALV e no desajustamento da produção de algumas qualificações ao mercado de trabalho regional, a par de carências de qualificações específicas dirigidas à modernização tecnológica e empresarial, fruto de uma maior limitação na antecipação de necessidades de competências do território. O potencial das dimensões técnicas e de informação de estruturas de apoio do tipo “observatório” poderia encontrar num território de baixa densidade como o Alentejo, um campo interessante no contributo para o acompanhamento das dinâmicas do mercado de trabalho regional, na antecipação das tendências e pressões decorrentes dos novos investimentos previstos e na articulação e concertação entre os agentes do sistema educação-formação, entre si e com os parceiros sociais e o tecido económico;
- Rigidez na aplicação das regras nacionais de financiamento, sem adaptação ou exceção para realidades territoriais com diminutas densidades (ex. limiares de base de formandos para a constituição de turmas e grupos de formação profissional, organização e mobilidade) que dificulta a aproximação da oferta aos seus destinatários ou uma maior integração e complementaridade entre as dimensões emprego e formação de vários instrumentos de política. A possibilidade de ensaiar regionalmente acréscimos, majorações, benefícios e discriminações positivas aos apoios do FSE, aliviaria o peso dos custos de interioridade na atração e fixação populacional e empresarial;
- Insuficiente territorialização das medidas destinadas à promoção das dimensões da empregabilidade, as quais, sendo localizadas e específicas ao território, pressupõem

Plano de Ação Qualificação, Emprego e Inclusão Social - Relatório Final -

abordagens ativas, menos clássicas e standardizadas, mediante estratégias concertadas de eficiência coletiva lideradas por entidades regionalmente enraizadas que mobilizem parcerias compostas e alargadas, diversas e qualificadas, no ensaio de oportunidades de resposta mais completas e integradas que as disponíveis ou mesmo outras ainda não experimentadas, procurando avançar nos resultados que tenham ficado aquém do desejável;

- Fragilidades de dimensão do tecido económico regional que condicionam iniciativa e criatividade no recurso aos fundos comunitários, cabendo em boa medida aos serviços públicos descentralizados e às CIM's dinamizar as respostas à pressão da crise pandémica e ao aumento dos fundos disponíveis durante o próximo período de programação, incentivando processos de promoção do desenvolvimento do território junto dos vários atores e agentes privados e da economia social, no aproveitamento e valorização económica dos recursos locais e mediando as vocações e necessidades dos pequenos atores e as dimensões nacionais de enquadramento geral;
- Taxas de execução do POR Alentejo 2020 aquém do desejável (um terço do programado em meados de 2020, ainda que, com boas execuções em algumas componentes do FSE, como os Contratos Emprego Inserção com dotação inferior no período 2007-2014), também nos instrumentos de apoio ao investimento regional integrando a criação de emprego e elevação das qualificações.

Os instrumentos de apoio à inovação social e à formação avançada de nível superior observaram baixas taxas de procura e execução, a par da reduzida iniciativa regional na dinamização de parcerias para a montagem de CET, com pouca expressão; no mesmo sentido, os Cursos TeSP promovidos pelos Politécnicos (que poderiam ter ido bem mais longe) e o combate ao abandono escolar, a dinamizar no âmbito territorial das CIM's, com dinâmica de recuperação aquém da média nacional.